

de hum por cento de toda a quantia , que apurarem sobre a importancia do Quinto , e Decima Ordinaria , para que não fação á sua custa a despesa da Escripção , e Cobradores. O producto desta Contribuição Extraordinaria será remettido ao Real Erario todos os quinze dias , quanto á Capital e seu Termo ; e todos os mezes , quanto ás Provincias.

E esta se executará sem embargo algum por todas as Authoridades , e Pessoas , a quem tocar o seu cumprimento. Palacio do Governo em dous de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com as Rubricas dos Governadores dos Reinos de Portugal e dos Algarves.

Na Impressão Regia.

EDITAL.

LUCAS DE SEABRA DA SILVA,
do Conselho do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor,
Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da
Ordem de Christo, Desembargador do Paço, Chancel-
ler da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da
Policia da Corte e Reino, &c.

FAZENDO-SE incompativel com a breve e facil ex-
pedição dos passaportes necessarios aos Viandantes a
prática de se passarem todos por esta Intendencia
Geral da Policia; e convindo por outra parte ob-
star aos abusos praticados em alguns Bairros nos ex-
cessivos emolumentos, que sem legitimo titulo se exigem aos
que nelles se abonaõ para na mesma Intendencia requererem
os referidos passaportes, difficultando-se por este modo hum
expediente, que por ser a bem da Policia se deve facilitar;
estabeleço a este respeito o seguinte:

I. Ficaõ sendo privativos da Intendencia Geral da Policia
os passaportes, que se requerem para sahir do Reino, e
aquelles que requererem os Estrangeiros, que sahirem desta
Corte, ainda que seja para transitarem no interior delle.

II. Todos os passaportes que pedirem os Nacionaes, que
são moradores nesta Corte, e Termo de Lisboa, seraõ concedi-
dos pelos Ministros Criminaes dos Bairros della, com decla-
ração que sómente seraõ por elles dados aos habitantes do seu
respectivo Bairro, e de nenhum modo aos moradores de dif-
ferente Jurisdicção.

III. Os passaportes concedidos pelos Ministros Criminaes
dos Bairros seraõ passados na fórma da Lei, sem que os Es-
crivães do Crime possaõ levar a titulo delles outro algum
emolumento além daquelle, que se acha determinado pelo
Alvará de treze de Agosto de mil setecentos e sessenta,
que são quarenta réis pelo trabalho de encher os claros dos
mesmos passaportes, além da importancia do papel.

IV. O mesmo emolumento levarão dos attestados, que
delles exigirem aquelles Naturaes, que os requerem para ob-
terem passaportes na Intendencia Geral da Policia para sa-
hir

hir do Reino ; quanto porém aos Estrangeiros se farão as legitimações segundo a fôrma determinada no Regulamento de Policia de seis de Março do corrente anno , tit. 2. §. 21.

V. Não se admittirão em caso algum para Abonadores se não pessoas abonadas ; e responderão por elles os Escrivães , que os acceitarem , quando não sejam idoneos. E igualmente serão punidos pelo menor excesso de emolumentos , quando se verifique que o praticarão , e pelo retardamento que tiverem na expedição dos passaportes em prejuizo do Público.

VI. E porque convem nas actuaes circumstancias que sejam exactamente conhecidas na Intendencia Geral da Policia todas as pessoas , que sahem desta Corte , e Termo de Lisboa , os Escrivães Criminaes dos Bairros remetterão todos os dias á mesma Intendencia huma relação dos passaportes , que passarão no dia antecedente , com declaração dos nomes , idades , patria , domicilio , e terra aonde se destinão os Viandantes ; e os nomes , occupaões , e domicilios dos Abonadores , ficando sujeitos á pena de suspensão , quando aliás o não pratiquem , ou o fação com menos exactidão.

E para assim se executar , e fazer público , mandei lavrar o presente Edital , que será affixado nos lugares do costume. Lisboa dois de Agosto de mil oitocentos e dez.

Lucas de Seabra da Silva.

DOM ANTONIO DE S. JOSE DE CASTRO,
Monge da Ordem de S. Bruno, pela mercê de Deos
Bispo do Porto, Patriarcha Eleito, Vigario Capitular
do Patriarchado, hum dos Governadores do Reino &c.

FAZEMOS saber a todas as pessoas, que as presentes virem, que constando na Soberana Presença de SUA ALTEZA REAL, que algumas pessoas do Exercito tem desertado d'elle, ignorando talvez a gravidade do crime da Deserção; e que outras por huma mal intendida humanidade tem recolhido e escondido os desgraçados Desertores: Houve o mesmo Senhor por bem Ordenar que dessemos as providencias necessarias para fazermos constar a todos os Diocesanos da Nossa Jurisdicção as disposições da Lei de seis de Setembro de mil setecentos sessenta e cinco, para que todos possam entrar no conhecimento da gravidade deste crime, e das penas impostas aos criminosos, e seus fautores; e sendo, como he, da maior obrigação da Nossa Pessoa e Officio não só obedecer prompta e fielmente ás Reaes Ordens de SUA ALTEZA; mas tambem promover a mais fiel observancia das suas Leis por todas as Pessoas, que Nos são sujeitas: Havemos por bem mandar remetter a cada hum dos Parochos deste Patriarchado hum Exemplar da sobredita Lei; e Mandar que cada hum delles a leia aos seus Parochianos á Estação da Missa Conventual, e que além disto não só nessa occasião; mas tambem em quaesquer outras, que lhe sejam possiveis, fação aos Póvos as mais vivas exhortações, a fim de que entrem bem no conhecimento do abominavel crime da Deserção, já pela quebra do juramento, já pelo crime da infidelidade, já pelo perigo a que expõem a Nação inteira pela falta de defeza, já pela falta de obediencia e do amor devido ao Nosso AUGUSTO SOBERANO, e finalmente pela cobardia e falta de honra, de brio e de vergonha, com que fogem do Campo da Gloria, com que devião con-
tar

tar quando , unidos todos entre si , e alliados a huma tropa aguerrida e custumada a vencer , podiaõ segurar a victoria do inimigo , que ainda que poderoso já não he taõ accelerado nas suas marchas , e já não conta com as victorias ; mas convida os seus Exercitos para o acompanharem nos trabalhos e no soffrimento.

E para que estas Nossas Letras cheguem ás mãos de todos os Parochos deste Patriarchado ; Havemos por bem remettêllas com hum sufficiente número de exemplares da sobredita Lei a todos os Nossos Vigarios Geraes , para que as fação logo distribuir aos Vigarios da Vara dos seus districtos , e estes aos seus respectivos Parochos , dos quaes haverão recibos , que Nos seraõ logo remettidos com a possivel brevidade. Lisboa 2 de Agosto de 1810.

Bispo , Patriarcha Eleito , Vigario Capitular.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO ,

Impressor do Excellentissimo Senhor Bispo Patriarcha Eleito.

*Lord Visconde WELLINGTON, Marechal General,
etc. etc. etc.*

O TEMPO que tem passado , durante o qual o Inimigo ha permanecido sobre as Fronteiras de Portugal , tem felizmente fornecido á Nação Portuguesa , experiencia do que tem a esperar dos Francezes.

Os Póvos de algumas Villas tinham ficado nellas , fiados nas promessas do Inimigo , e em vão capacitados de que tratando os Inimigos da sua Patria de huma maneira amigavel , poderião assim conciliar , e reduzir o Inimigo a praticar para com elles sentimentos humanos , e huma conducta clemente , e que os seus bens seriam respeitados , as suas Mulheres livradas de huma brutal violação , e as suas vidas garantidas.

Vans esperanças ! os Habitantes destas resignadas Villas hão soffrido todos os males , que hum Inimigo cruel podia ministrar. Os seus bens hão sido roubados , as suas casas , e alfaías queimadas , as suas Mulheres atrozmente violadas , e os infelizes moradores , cujas idades , e sexo não provocavão a brutal violencia dos Soldados , tem cahido victimas da impudente confidencia , que repousarão nas promessas , que unicamente lhes forão feitas para serem violadas.

Os Portuguezes vem agora , que lhes não resta outro remedio para evitarem os males , com que são ameaçados , senão huma determinada , e vigorosa resistencia , e hum firme proposito de diffcultar , quanto for possivel , o adiantamento do Inimigo para o interior do Reino , removendo do seu alcance todas as cousas , que são de valor , ou podem contribuir para a sua subsistencia , ou facilitar os seus progressos : são estes os unicos , e mais certos remedios , para se frustrarem os males , com que são ameaçados os Póvos.

O Exercito , que se acha debaixo do meu commando , ha de proteger a maior porção do Paiz , que lhe for possivel ; porém he obvio , que o Povo unicamente se pode livrar por meio de huma resistencia contra o Inimigo , assim como salvar os seus bens , removendo-os fóra do alcance do mesmo Inimigo.

Com tudo , os deveres que me ligão a S. A. R. o Principe Regente de Portugal , e á Nação Portuguesa , me obrigarão a fazer uso do Poder , e Authoridade de que me acho munido ; forçando os fracos , e indolentes , a fazerem esforços para se salvarem de hum perigo e males , que os esperão , e para salvarem a sua Patria. E nesta conformidade , faço certo e declaro , que todos os Magistrados , e Pessoas em authoridade , que ficarem nas suas Villas , Lugares , etc. depois que houverem recebido ordens de qualquer dos Officiaes Militares , para que se retirem dos referidos Lugares e Villas ; e todas as Pessoas de qualquer classe que sejam , que mantiverem a menor communicacão com o Inimigo , ou que os ajudarem , ou assistirem em alguma cousa , serão considerados traidores contra o Estado , e serão julgados , e castigados em conformidade ao que exige hum tão enorme crime. Quartel General Agosto 4 de 1810.

Wellington.

Na Impressão Regia.

grande crime. Quartel General Agosto 4 de 1810.

em alguma coisa, serão considerados traidores contra o Estado, e communicados com o Inimigo, ou que os ajudarem, ou assistirem a qualquer classe que seja, que manifestarem a menor hesitação para que se retirem dos respectivos Lugares e Villas; e todas as Pessoas que houverem recebido ordens de qualquer dos Officiaes Militares em autoridade, que licitem nas suas Villas, Lugares, etc. go e males, que os esperio, e para salvarem a sua Patria. E nesta cois, e indolentes, a fazerem esforços para se salvarem de hum perigo de Portugal, e a Nação Portuguesa, me obrigão a fazer uso do Poder, e Autoridade de que me acho munido; tornando de conformidade, e declaro, que todos os Magistrados, e

do os fôrta do alcance do mesmo Inimigo. Com tudo, os deves que me lizo a S. A. R. o Principe Real, e a maior parte do Pais, que lhetor possível; porém de ob- vido, que o Povo unicamente se pode livrar por meio de huma resis- tencia contra o Inimigo, assim como salvar os seus bens, removen- dos os fôrta do alcance do mesmo Inimigo.

O Exercito, que se acha debaixo do meu commando, ha de proteger a maior parte do Pais, que lhetor possível; porém de ob- vido, que o Povo unicamente se pode livrar por meio de huma resis- tencia contra o Inimigo, assim como salvar os seus bens, removen- dos os fôrta do alcance do mesmo Inimigo. Com tudo, os deves que me lizo a S. A. R. o Principe Real, e a maior parte do Pais, que lhetor possível; porém de ob- vido, que o Povo unicamente se pode livrar por meio de huma resis- tencia contra o Inimigo, assim como salvar os seus bens, removen- dos os fôrta do alcance do mesmo Inimigo.

Os Portuguezes vem agora, que lhes não resta outro remedio para evitar os males, com que são ameaçados, senão humo deter- minado, e vigorosa resistencia, e hum firme proposito de diffultar, quanto for possível, o abastecimento do Inimigo para o interior do Reino, removendo do seu alcance todas as cousas, que são de va- lor, ou podem contribuir para a sua subsistencia, ou facilitar os seus progressos: são estes os unicos, e mais certos remedios, para se livra- rem os males, com que são ameaçados os Povos.

mas, que unicamente lhes fôrta para serem violadas. Os Portuguezes vem agora, que lhes não resta outro remedio para evitar os males, com que são ameaçados, senão humo deter- minado, e vigorosa resistencia, e hum firme proposito de diffultar, quanto for possível, o abastecimento do Inimigo para o interior do Reino, removendo do seu alcance todas as cousas, que são de va- lor, ou podem contribuir para a sua subsistencia, ou facilitar os seus progressos: são estes os unicos, e mais certos remedios, para se livra- rem os males, com que são ameaçados os Povos.

TEMPO que tem passado, durante o qual o Inimigo ha per- mittedo sobre as Fronteiras de Portugal, tem facilmente aprendido a Nação Portuguesa, experiencia do que tem a esperar das Inimicas. Os Povos de algumas Villas fôrta deo nellas, fôrta das pro- messas do Inimigo, e em tão capacitações de que o Estado os Inimigos da sua Patria de humo maneira amigavel, fôrta deo assim con- clui, e reduzio o Inimigo a praticar para com ellas sentenças de li- manos, e humo conducto de humo clamento, e que os seus bens sejam removi- tados, as suas mulheres fôrta de humo brutal violação, e as suas vidas garantidas.

Porto N.º 1000 de WELLINGTON, Quartel General, Agosto 4 de 1810.

HAvendo Eu, por justos motivos, Determinado no Decreto de vinte e oito de Janeiro do anno passado, que as Fazendas, e Mercadorias que viessem de Lisboa, e Porto, e tivessem lá pago os Direitos estabelecidos, fossem isentas de pagar os regulados, na conformidade da Carta Regia de vinte e oito de Janeiro, e Decreto de onze de Junho de mil oitocentos e oito, para poderem ter concorrência como os Generos, que vem em direitura dos Portos Estrangeiros, e sendo conforme a indefectivel justiça, que costume praticar com todos os meus fiéis Vassallos, que o mesmo se verifique do modo por ora possivel com as Mercadorias, que tendo entrado nas Alfandegas deste Estado, e pago os Direitos determinados na referida Legislação novissima, são depois exportados para Portugal, por terem lugar, e serem correlativas as razões que motivarão a mencionada Resolução, contheuda no Decreto de vinte e oito de Janeiro do anno passado: Hei por bem, em quanto não estabeleço providencias mais anplas e geraes sobre este importante objecto Ordenar, que todas as Mercadorias que tendo entrado, e pago Direitos nas Alfandegas do Estado do Brazil forem exportadas para Portugal, paguem nas Alfandegas competentes o que deverem, abatendo-se o que constar por documentos legaes haverem pago nas deste Estado do Brazil. O Concelho da Fazenda o tenha assim entendido, e o faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

NA IMPRESSÃO REGIA.

Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

Impressão Régia.



CONFORMANDO-ME com a Proposta do Marechal do Exercito Guilherme Carr Beresford, que os Governadores do Reino de Portugal, e dos Algarves fizeraõ subir á Minha Real Presença, e que elles haviaõ anteriormente approvado, Sou servido Ordenar, que os Pagadores, e os Quarteis Mestres dos Corpos do Exercito do Reino, logo que tenhaõ contado dez annos de serviço nestes Lugares, e havendo desempenhado as suas obrigações, possaõ ser propostos pelos respectivos Commandantes, para terem as honras, e soldo de Capitaõ, sem que com tudo tenhaõ gráo effectivo no Exercito, nem possaõ pertender outro algum accesso mais. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e expeça as ordens nesta Conformidade. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Reg. a fol. 14.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor do Conselho de Guerra.



ONFIRMANDO-ME com a Proposta do
Marechal do Exército Guilherme Carr Bess-
ford, que os Governadores do Reino de Por-
tugal, e dos Algarves fixarem sobre a Minha
Real Presença, e que elles haviam anterior-
mente approvado, seu referido Ordeem, que os Pagado-
res, e os Quartas Mestres dos Corpos do Exército do
Reino, logo que remittam contados dez annos de serviço
nestes lugares, e havendo desempenhado as suas obri-
gações, possam ser propostos pelos respectivos Comman-
dantes, para terem as honras, e soldos de Capitães, sem
que com tudo tenham gado effectivo no Exército, nem
possam pretender outro algum accesso mais. O Conselho
de Guerra o remittam assim entendido, e expedit as ordens
nesta Conformidade. Palacio do Rio de Janeiro em oito
de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica do PRINCIPLE REGENTE M. G.

Reg. a fol. 14.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDOS,
Impressor do Conselho de Guerra.



ATTENDENDO a que nos Hospitaes Militares do Reino de Portugal são recebidos e tratados os Doentes do Exercito Britanico, que ora alli se acha; Conformando-Me com a Proposta do Marechal do Exercito Guilherme Carr Beresford, que os Governadores do Reino fizeraõ subir á Minha Real Presença, e que elles haviaõ approvado: Sou servido nomear para Inspector dos mesmos Hospitaes ao Doutor Fergusson, que não perceberá soldo algum da Minha Real Fazenda, e sómente o que lhe for dado pela Grande Bretanha; conferendo porém o actual Fisco Mór dos Exercitos a mesma responsabilidade, relações, e authoridade, que presentemente tem: O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e nesta conformidade lhe faça expedir os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Reg. a fol. 14.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor do Conselho de Guerra.



ATTENDENDO a que nos Hospitais Militares do Reino de Portugal são recebidos e tratados os Doentes do Exercito Britanico, que ora alli se acha; Constando-Me com a Proposta do Marechal do Exercito Guilherme Carr Beresford, que os Governadores do Reino fizessem subir a Minha Real Presenca, e que elles ha-viam approvado: Sou servido nomear para Inspector dos meus Hospitais ao Doutor Fergulson, que nao per-cebera soldo algum da Minha Real Fazenda, e admen-te o que lhe for dado pela Grande Bretanha; confer- vando porém o actual Fisco Mor dos Exercitos a mel- ma responsabilidade, relacoes, e authoridade, que presen- temente tem: O Conselho de Guerra o tenha assim en- tendido, e nella conformidade lhe faga expedir os Des- pachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica do PRINCIPLE REGENTE N. S.

Reg. a fol. 14

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GARRAHO,

Impressor do Conselho de Guerra



CONFORMANDO-ME com a Proposta do Marechal do Exercito Guilherme Carr Beresford, que os Governadores do Reino de Portugal, e dos Algarves fizeraõ subir á Minha Real Presença, e que elles haviaõ anteriormente approvado, Sou servido Ordenar, que para maior facilidade do serviço a que he destinado o Corpo da Guarda Real da Policia de Lisboa, haja daqui em diante, tanto na Infantaria, como na Cavallaria, hum Tenente mais em cada huma das Companhias commandadas por Capitães, e hum Alferes nas que são commandadas por Tenentes, e que em cada Companhia hajaõ oito Cabos de Esquadra, e oito Anspeffadas. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e faça nesta Conformidade expedir as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.

Reg. a fol. 13. verf.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor do Conselho de Guerra.



CONFORMANDO-ME com a Proposta do
Marechal do Exército Guilherme Carr Bress-
ford, que os Governadores do Reino de Por-
tugal, e dos Algarves fizesse subir à Minha
Real Presença, e que elles haviasse anterior-
mente approvado, seu servido Ordenar, que para maior
facilidade do serviço a que he destinado o Corpo da
Guarda Real da Policia de Lisboa, haja daqui em dian-
te, tanto na Infantaria, como na Cavallaria, hum Ter-
cente mais em cada hum das Companhias commanda-
das por Capitães, e hum Alferes nas que são coman-
dadas por Tenentes, e que em cada Companhia haja
oito Cabos de Esquadra, e oito Alpeghadas. O Con-
selho de Guerra o tenha assim entendido, e faça nella
Conformidade expedir as ordens necessarias. Palacio do
Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e
dez.

Com a Rubrica do PRINCIPLE REGENTE N. S.

Reg. a fol. 13. velt.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor do Conselho de Guerra.

OS GOVERNADORES DO REINO DE PORTUGAL E DOS ALGARVES.

PORTUGUEZES. — As Reaes Ordens do PRÍNCIPE REGEN-
TE nosso Senhor, que augmentarão o número dos Membros do Go-
verno destes Reinos, ajuntando-lhes, para os Negocios Militares, e
de Fazenda, o Ministro de S. M. Britanica nesta Corte, he hum
novo e illustre monumento do Paternal desvelo de S. A. R. pelo bem
de seus fiéis Vassallos, o qual pede da nossa parte o mais profundo reconheci-
mento, e a mais activa cooperação com as determinações do Soberano.

Os Governadores do Reino, penetrados destes sentimentos, ratificarão o ju-
ramento de salvar a Patria, e a Patria será salva. Na calamitosa Historia da
presente Guerra houve épocas desgraçadas, em que elles tremêrão pela sua segu-
rança: mas a Providencia, que protegia a nossa justa causa, humilhou o orgu-
lho dos barbaros, que nos julgavão já seus escravos; deparou-nos na generosa
Nação Britanica hum Alliado Poderoso, que sem poupar genero algum de au-
xílios, se empenha em nos soccorrer; e no grande JORGE III. hum Monar-
ca, que por suas luzes, virtudes, e antigas relações com Portugal se acha pos-
suido de iguaes sentimentos; e que rodeado de Ministros sabios, sustenta com
gloria a mais terrivel luta contra esse Flagello da humanidade, tendo mais que
huma vez abatido o vôo de suas Aguias orgulhosas.

A Gram-Bretanha nos deo Tropas, Armas, Munições, Soccorros pecunia-
rios, e nos deo hum Chefe illustre para commandar o Exercito combinado. A
Victoria corou de louros immortaes ao Grande Lord Wellington nos Campos da
Roliça, do Vimeiro, de Talaveira, e na memoravel passagem do Douro, que
fará época nos Fastos Militares da Peninsula.

Trabalhava entretanto o Governo com incançavel energia em organizar o
nosso Exercito. Tempos de extraordinaria agitação, e antes delles a malignida-
de da tyrannia Franceza, que nos opprimio por mais de nove mezes, nos ha-
vião privado de quasi todos os meios de resistencia. O Povo, que com tanto
zelo, e Patriotismo tinha restaurado o legitimo Governo do nosso amado Prin-
cipe, estava ainda no desassocego, em que se conservão as ondas depois de pas-
sar a tempestade; o Exercito estava desorganizado, os Arsenaes desprovidos,
o Erario exhausto. Mas eramos ainda Portuguezes, e isto bastou.

Em pouco mais de hum anno vos apresenta o Governo o Exercito mais nu-
meroso que nunca teve Portugal; hum Exercito bem organizado, disciplinado
por Officiaes habilissimos, commandado por Generaes da primeira ordem, e
commettido ao commando em chefe do illustre Lord Wellington, cujo nome só
nos assegura a Victoria.

Demos graças ao Ceo, que tão visivelmente protegeo a nossa causa; demos
tambem graças ao nosso Augusto Soberano e verdadeiro Pai, cuja incompara-
vel prudencia, estreitando cada vez mais os laços que nos unem á Gram-Bre-
tanha, nos tem procurado os mais opportunos, e efficazes auxilios dessa prodi-
giosa Nação, a quem o Omnipotente destinou para abater o Monstro, que em
seus tenebrosos conselhos havia jurado sujeitar o Universo ao jugo de ferro que
lhe preparava.

O Governo, cheio de satisfação por ver o desejado fructo de seus trabalhos,
agradece a toda a Nação, em nome de S. A. R., o entusiasmo e Patriotismo,

com que tem concorrido para a salvação do Reino; a promptidão com que se tem prestado aos grandes e repetidos sacrificios assim pessoas, como pecuniaros, que devião ser infalliveis consequencias de huma guerra devastadora. Mas vós sabeis que se trata da nossa existencia como Nação independente, da conservação do Throno e do Altar, e da resistencia a hum Déspota, que tem obrigado a sacrificios mil vezes mais dolorosos os Povos, que se tem sujeitado á sua tyrannia.

Os vossos, generosos Portuguezes, não serão baldados; e virá hum dia (que o Ceo traga cedo!) em que na tranquilla posse das vossas Leis, do suave Governo do nosso amado Principe, e da independencia Nacional, recordareis com gloria os trabalhos passados, e gozareis dos fructos da vossa constancia, e amor da Patria. Assim o promettem os formidaveis meios de defeza, que oppõem huma barreira fortissima ás tentativas do inimigo; o pouco que elle se adiantou no espaço de tantos mezes, em que nos campos da Castella tem sido devorado pela febre, pela fome, e pela deserção; o valor heroico de ambas as Nações provado já nas acções, que tem havido nos Lugares da Fronteira, aonde chegarão a penetrar alguns Corpos Francezes; e finalmente a cooperação das forças de Hespanha, interessada como nós na destruição do inimigo commum, e animada do mais exaltado Patriotismo.

Mas para que huma causa principiada com tão prosperos agouros possa ter hum resultado igualmente feliz, não bastão Exercitos aguerridos, nem Fortalezas inexpugnaveis; he tambem necessario que no interior do Reino haja ordem e subordinação, e que todos cumprão exactamente suas respectivas obrigações.

As dos Governadores do Reino são, cuidar na salvação da Patria, vigiar na exacta observancia das Leis, fiscalizar o bom serviço de todos os Funcionarios públicos, fazer administrar justiça imparcial aos grandes e aos pequenos, solicitar o castigo dos máos, e fazer que a espada inexoravel da Lei caia infalliveimente sobre os delinquentes. A alta confiança, com que S. A. R. os honra, he hum novo motivo que os deve obrigar a dar o exemplo da mais fiel obediencia ás Leis e Ordens do mesmo Senhor: elles o darão.

O Governo exige reciprocamente da Nação huma confiança franca e inteira em todos os seus procedimentos, subordinação ás Authoridades, e exercicio tranquillo de suas occupações domesticas e civis. Se alguém se julgar aggravado, está sempre o Governo prompto para o escutar, para examinar os motivos da queixa, reparar o mal, e castigar os culpados.

O mesmo Governo considera tambem necessario na presente situação das cousas acautelar-vos contra as perfidas maquinações de nossos infames inimigos. Sabei, Portuguezes, que os Francezes tem feito mais conquistas pela intriga, pelo subórno, e pela traição, do que pela espada. As suas armas mais validas no momento actual são, o terror, as promessas enganosas, e a desconfiança. Vós mesmos o tendes experimentado de todas as vezes, que esse bando de Salteadores tem enxovalhado o nosso Terreno; mas exemplos mui recentes de hum terror pánico mostrão, que as lições da experiencia não bastarão ainda para vos enganar.

O inimigo serve-se de agentes occultos para semear o terror, faz circular noticias falsas ou exaggeradas entre o Povo; os homens fracos as propagão, e accrescentão, e o susto chega a ponto, que aquelles mesmos que tinham obrigação de discurrir melhor, os Homens públicos, os Magistrados, que devião prevenir o Povo contra semelhantes rumores, se allucinão, e se deixão arrastar pela torrente.

O outro meio he a falsa segurança. Esta illusão fez a desgraça de Castello Mendo, Lugar proximo á raia da Beira, aonde os Francezes fizeram

humã correria. Elles se servirão de Portuguezes traidores, para persuadirem as Justiças, e Habitantes, que se deixassem ficar em suas casas, sem embargo de haverem recebido Ordem para se retirarem, promettendo tratállos bem, e respeitar suas pessoas, e fazenda. O cumprimento desta promessa foi o saque do Lugar, a prisão dos Officiaes públicos, as violencias feitas ás mulheres, e todos os insultos, que costuma commetter hum Tropa de Vandalos insolentes e desenfreados.

Finalmente a desconfiança destramente espalhada produz terríveis effeitos, e seria capaz de produzir hum transtorno geral, se se não atalhasse. Os Povos incitados secretamente pelas suggestões dos inimigos da Patria, querem ser Juizer das operações militares, de que nada sabem; nem devem saber; intromettem-se impropria e temerariamente nos Negocios da Guerra, e julgão-se em perigo ou em segurança, segundo o discurso que formão sobre tão errados principios.

Acautelai-vos, Portuguezes, de todos estes laços. O vosso Governo vos assegura, que nunca o Reino esteve em tão respeitavel estado de defeza, como na occasião presente, ou se considere o número, organização, e disciplina das forças, que tem em Campo, ou a pericia de seus Chefes, ou o odio geral com que a Nação abomina a tyrannia Franceza.

Em hum linha de cem legoas não he sempre possivel evitar em hum ou outro ponto a invasão do inimigo. Mas se tiverem a temeridade de entrar, pagarão caro o seu atrevimento; o territorio Portuguez sera a sua sepultura. Se hum fuga precipitada e vergonhosa pôde salvar o anno passado os restos do Exercito de Soult do rápido ataque das Legiões, commandadas pelo Heroe do Vimeiro, não he provavel que tenham igual fortuna os que se expozerem aos mesmos riscos, quando estamos mais preparados para os receber.

Assim castigarão sempre os Portuguezes a ousadia de seus inimigos, e os Campos de Aljubarrota são testemunhas do valor heroico com que nossos Maiores aniquilárão hum poderoso Exercito, que se dava já por seguro da sua conquista. Elles pelejavão pela Patria, e pelo Throno, e vencêrão; nós pelejamos pela Patria, e pelo Throno, e venceremos.

Se entretanto a sorte da Guerra pozer em risco alguma de nossas terras, os seus habitantes serão avisados com a brevidade possivel para salvarem as suas pessoas, e propriedade. Elles deverão então pôr em prática as cautélas, que o Marechal General Lord Wellington tem estabelecido, para este caso, em suas Proclamações, cujas sábias providencias salvárão as vidas e fazenda dos habitantes de algumas terras, onde os inimigos tem entrado, e obrigarão os mesmos inimigos a evacuarem os lugares, onde nada achavão que comer, e nem que roubar.

As noticias Officiaes dos Exercitos communicão-se ao Público na Gazeta de Lisboa, e só as que ahi se escrevem tem este caracter, e se devem acreditar.

Mas se he da vossa utilidade e interesse não dar ouvidos a novidades absurdas, e desprezar as perfidas suggestões dos que procurão espalhar entre vós o terror, as suspeitas, e a confiança nas promessas do inimigo, he tambem da mais sagrada obrigação para o Governo descobrir os malvados, que assim vos allucinação, e fazellos soffrer a pena que merecem seus delictos.

Sim: Portuguezes, hum Policia activa, exacta, e severa descobrirá os traidores, que com occultos golpes procurão a ruina da Patria; ella conhecerá os authores, e promulgadores dessas noticias venenosas; todo aquelle que as repetir, será obrigado a dizer de quem as houve, até que se ache a sua primeira origem. Os culpados serão punidos com todo o rigor das Leis, e seu sangue será o preço da segurança dos bons, e da pública tranquillidade.

Portuguezes, a reciproca confiança entre a Nação e o Governo, a união íntima e sincera entre os Cidadãos de todas as classes, o amor do Principe, e da Patria, verdadeira amizade e gratidão para com a Gran-Bretanha, odio irreconciliavel á tyrannia Franceza, firmeza de conselho, e constancia inalteravel na execução: eis-aqui o que constitue a nossa força, e que nos fará triumphar das armas, e da perfidia do inimigo, com quem contendemos nesta sanguinosa luta.

O Omnipotente, que tantas vezes nos tem salvado dos mais imminentes perigos, protegerá a nossa causa, que he tambem sua; abençoará os esforços de hum Povo, que combate pela Religião, pelo Throno, e pela independencia Nacional; fará felizes as nossas armas, e nos concederá finalmente dias de paz, e de prosperidade, em que vejamos o nosso adorado Principe, e toda a Real Familia restituídos á sua Capital, rodeados do respeito, do amor, e da lealdade de seus fiéis Vassallos, e fazendo a felicidade de seus vastos Dominios. Palacio do Governo em 13 de Agosto de 1810.

Bispo Patriarcha Eleito.

Marquez Monteiro Mór.

Principal Souza.

Conde do Redondo.

Ricardo Raimundo Nogueira.

NA IMPRESSÃO REGIA.

Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor = o PRINCIPE RE-
 GENTE Nosso Senhor, Tomando na sua Real Consideração, o
 muito que convém não só á Agricultura, mas para a conservação
 dos Transportes indispensaveis ao Exercito, que se poupem
 quanto for possivel individuos indispensaveis para estes dous ob-
 jectos; Tem ordenado aos Coroneis de Milicias desta Capital, e
 Provincia da Extremadura, que para o futuro, e em quanto se-
 não determinar o contrario, deixem de Recrutar os Singaleiros,
 e Carreteiros que não forem proprietarios; os Almocreves, que
 andarem com Bestas suas; os Mestres Ferradores com loja aber-
 ta; os Mestres Carpinteiros de Carros; e nas grandes Lavouras,
 os Feitores, Abegões, e Maiores dos Gados; e quando a al-
 guns destas ultimas classes lhe pertença ser Miliciano na quali-
 dade de proprietarios, os avisarão pelo São Miguel, a fim de que
 seus Amos possam em tempo proprio supprir a sua falta, sem pre-
 juizo da Lavoura; o que V. Excellencia fará constar aos diffe-
 rentes Capitães Móres do districto da sua Jurisdicção, para que
 fiquem na intelligencia de que assim se deve ficar praticando nos
 futuros Recrutamentos, em quanto senão determinar o contra-
 rio. Deos guarde a V. Excellencia, Palacio do Governo em 20
 de Agosto de 1810. = D. Miguel Pereira Forjaz = Senhor
 D. Antonio Soares de Noronha. =

Na Impressão Regia.

The Impressed Regia.

Sendo presente ao PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, que os extraordinarios successos da invasão, e restauração destes Reinos, derão lugar a que muitos rendeiros, e exactores da Real Fazenda contrahissem, e engrossassem dividas, que lhes he difficil persolver nas duas especies da Lei; e querendo facilitar-lhes o pagamento de modo que as sommas que estão devendo, hajão quanto antes de arrendarse, para acodir ás urgentes despezas do Estado, e influir mesmo na diminuição do grande rebate, que soffre o Papel Moeda: He servido Sua Alteza Real que todas as dividas activas da Fazenda Real, cujos pagamentos se deverião ter effectuado até o fim do anno de mil oitocentos e oito, possão ser satisfeitas duas terças partes em Papel, e huma em Metal; com tanto que a sua importancia seja recebida no Real Erario no resto do tempo que falta para completar o corrente anno: Ordenando outro sim o mesmo Senhor, que no dito espaço de tempo, e nas mesmas dividas, se admittão em hum terço dos pagamentos, que os devedores fizerem, quaesquer creditos, que tenham liquidos contra a Real Fazenda, pertencendo a elles proprios. O Conde do Redondo, Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar com as ordens necessarias, sem embargo de quaesquer disposições em contrario. Palacio do Governo em o primeiro de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores destes Reinos,

Na Impressão Regia.

Sendo presente ao PRINCIPLE REGENTE Nosso Se-
 nhor, que os extraordinarios successos da invasão, e res-
 tauração destes Reinos, dão lugar a que muitos ren-
 deiros, e exactores da Real Fazenda contrahissem, e engra-
 sassem dividas, que lhes he difficil persolver nas duas especies da
 Lei; e querendo facilitar-lhes o pagamento de modo que as
 sommas que estão devendo, hajão quanto antes de atender-
 se, para acudir às urgentes despezas do Estado, e influir mes-
 mo na diminuição do grande repare, que soffre o Papel Mo-
 da: He servido Sua Alteza Real que todas as dividas activas
 da Fazenda Real, cujos pagamentos se deverião ter effectuado até
 o fim do anno de mil oitocentos e oito, possam ser satisfeitas
 duas terças partes em Papel, e humas em Metal; com tanto que
 a sua importancia seja recebida no Real Erario no resto do
 tempo que falta para completar o corrente anno: Ordenando
 outro sim o mesmo Senhor, que no dito espaço de tempo, e
 nas mesmas dividas, se admitta em hum terço dos pagamen-
 tos, que os devedores fizerem, quaesquer creditos, que tenham
 liquidos contra a Real Fazenda, pertencendo a elles proprios.
 O Conde de Redondo, Presidente do Real Erario, o tenha
 assim entendido, e faça executar com as ordens necessarias,
 sem embargo de quaesquer disposições em contrario. Palacio do
 Governo em o primeiro de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas do Senhor Governador d'estes Reinos.

Sendo indispensavel proceder contra os Juizes Ordenarios, e os de Fóra, que não executarem prompta e exactamente as ordens dos Corregedores das Comarcas para o fornecimento, e regularidade dos transportes para os Exercitos: Manda o **PRINCIPE REGENTE** Nosso Senhor, que os ditos Corregedores procedão contra os Juizes Ordinarios como se estivessem em Correição; e remettão ao Presidente da Commissão junto ao Exercito Portuguez os documentos, que forem bastantes para provar a culpa, ou ommissão dos Juizes de Fóra a este respeito. Os sobreditos Corregedores das Comarcas o tenham assim entendido, e o executem. Palacio do Governo em 4 de Setembro de 1810.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores do Reino.

2
Fundo indispensavel proceder contra os Juizes Ordinarios,
e os de Fora, que não executam prompta e exacta-
mente as ordens dos Corregedores das Comarcas para o
fornecimento, e regularidade dos transportes para os Exerci-
tos. Mando o PRINCIPLE REGENTE Nosso Senhor, que
os ditos Corregedores procedão contra os Juizes Ordinarios
como se estivessem em Correição; e remettão ao Presidente da
Comissão Junto ao Exercicio Portuguez os documentos, que
forem bastantes para provar a culpa, ou omissão dos Juizes
de Fora a este respeito. Os sobreditos Corregedores das Co-
marcas o tenham assim entendido, e o executem. Palacio do
Governo em 4 de Setembro de 1810.

Com cinco Rubricas do Senhor Governador do Reino.

O Desastre acontecido na Praça de Almeida, que motivou a sua perda, foi menos sensível ao Real Animo de Sua Alteza Real pelas suas consequências militares, do que pela infelicidade dos Valorosos Guerreiros, que forão sepultados nas ruínas causadas pela terrível explosão do armazem da pólvora, e pelo destino dos que cahirão prisioneiros no poder do inimigo. O mesmo Senhor conciliando a sua Piedade com a sua inflexível Justiça, He servido determinar:

I.

As familias de todos os que fallecêrão no cerco de Almeida, perrençam á Patria, e ficarão percebendo os soldos, que percebão seus defuntos Maridos, Pais, ou Irmãos, quando estes fossem cabeças da familia, sendo os ditos soldos pagos pelas Thesourarias mais proximas á sua residencia.

II.

As pessoas das familias dos prisioneiros de guerra, que se acharem nas mesmas circumstancias, ficarão recebendo meio soldo na fôrma acima declarada.

III.

O Real Coração de Sua Alteza Real não lhe permite acreditar que algum de seus Fiéis Vassallos se esquecesse da qualidade de Portuguez até o ponto de passar para o serviço dos infames inimigos da sua Patria: e até se lisongea, que se algum violentado pela força, houver tomado este triste partido, será unicamente com tenção de melhor aproveitar a occasião de se restituir a este Reino. Suspende por tanto Sua Alteza Real os justos effeitos da sua Justiça: Concede hum mez de termo a estes desgraçados, contado da data da presente Portaria, para se apresentarem neste Reino, com a comminação de que não voltando no dito termo, não só se suspenderá o soldo, que as suas familias ficão percebendo em quanto se considerarem na classe dos prisioneiros de guerra, mas serão considerados como traidores, e processados como taes com todo o rigor das Leis, e na conformidade dos Decretos expedidos sobre esta materia.

O Secretario do Governo encarregado dos Negocios da Guerra fará publicar immediatamente a presente Portaria, e a comunicará ao Marechal Commandante em Chêfe do Exercito, para a fazer constar, e dar á sua devida execução. Palacio do Governo em seis de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores do Reino.

219

O Desastre acontecido na Praça de Almeida; que motivo a sua perda, foi menos sensível ao Real Animo de Sua Alteza Real pelas suas con-sequencias militares, de que pela intelligencia dos Valerosos Guerreiros, que foram sepultados nas ruínas causadas pela terrivel explosão do armazem da pólvora, e pelo destino dos que cabiam prisioneiros ao poder do inimigo. O mesmo Senhor conciliando a sua Piedadade com a sua Indivisivel Justiça, He servido determinar:

I.

As familias de todos os que fallecerão no cerco de Almeida, pertencem a Patria, e he-lhes percebendo os soldos, que pertenciam seus defuntos Maridos, Pais, ou irmãos, quando estes fossem capazes da familia, sendo os ditos soldos pagos pelas Thezourarias mais proximas a sua residencia.

II.

As pessoas das familias dos prisioneiros de guerra, que se acharem nas mesmas circunstancias, ficarão recebendo meio soldo na forma acima declarada.

III.

O Real Coração de Sua Alteza Real não lhe permite acreditar que algum de seus Fieis Vassallos se espantasse da proximidade de Portugal, e o ponto de passar para o serviço dos infames inimigos da sua Patria; e até se lições, que se algum violentado pela força; houver tomado este triste partido, será unicamente com ténção de melhor aproveitar a occasião de se restituir a este Reino. Suspende por tanto Sua Alteza Real os justos effeitos da sua Justiça: Concede hum mez de termo a estes desgraçados, contando da data da presente Portaria, para se apresentarem neste Reino, com a comminação de que não voltem no dito termo, não se suspendendo o soldo, que as suas familias ficão percebendo em quanto se considerarem na classe das prisioneiros de guerra, mas serão considerados como traidores, e processados como tais com todo o rigor das Leis, e na conformidade dos Decretos expedidos sobre esta materia.

O Secretario do Governo encaminha dos Negocios da Guerra para publicarem immediatamente a presente Portaria, e a communicar ao Marechal Comandante em Chefe do Exercito, para a fazer constar, e dar a sua devida execução. Palacio do Governo em seis de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas das Nobres Governadoras do Reino.

OS GOVERNADORES DO REINO DE PORTUGAL E DOS ALGARVES.

PORTUGUEZES. = Sendo a desgraçada perda da Praça de Almeida de pouca importancia para a grande Causa da Salvação da Patria, he por extremo sensivel em razão da morte de huma parte de seus Gloriosos Defensores, e da infelicidade dos outros, que se achão prizioneiros do inimigo. O Governo lamenta profundamente este acontecimento; mas elle só deve servir de augmentar a sua energia, de inflamar o Patriotismo da Nação, e de lhe inspirar o mais vivo desejo de vingar o sangue de seus Irmãos. Estes são os sentimentos do Exercito, que jurou novamente arrojarse do Territorio Portuguez os Salteadores que se atrevêrão a pizallo: estes são os sentimentos de toda a Nação cada vez mais unida, e mais empenhada em hum conflicto, em que se interessa a nossa Independencia, e a nossa Gloria. Wellington, filho da Victoria, á frente dos Exercitos: o Illustre Beresford dirigindo as nossas Tropas, que lhe devem a sua organização, e disciplina: Soldados valorosos, Povo fiel, e que votou sustentar a causa do Principe, e da Patria até á ultima extremidade: eis-aqui, Portuguezes, as muralhas que nos defendem, e que hum Exercito de Escravos, a quem a miseria, e a deserção destroe continuamente, nunca poderá forçar.

Os movimentos de nossas Tropas são da competencia exclusiva dos Generaes; e toda a ingerencia de qualquer outro individuo em objectos desta natureza, he criminosa, irregular, e absurda: medidas energicas conterão a todos nas raias das suas respectivas obrigações. Os Governadores do Reino ratificarão o juramento de salvar a Patria, e a Patria será salva. Palacio do Governo em 6 de Setembro de 1810.

Bispo Patriarca Eleito.

Marquez Monteiro Mór.

Principal Souza.

Conde do Redondo.

Ricardo Raimundo Nogueira.

NA IMPRESSÃO REGIA.

OS GOVERNADORES DO REINO DE PORTUGAL
E DOS ALGARVES

ORTUGUEZES. — Sendo a desgracia de Trás da Almeida de pouca importancia para a grande Causa da Libertação da Pátria, he por extremo sensivel em razão da morte de tantos filhos da sua Gloriosa Defensora, e da infelicidade dos outros, que se acham prisioneiros do inimigo. O Governador lamenta profundamente este acontecimento, mas clama de dever de augmentar a sua energia, de inflamar o Patriotismo da Nação, e de lhe inspirar o mais vivo desejo de vingar o sangue de seus filhos. Es- te são os sentimentos do Excmo. das Armas novamente-arrigor do Territorio de S. Carlos, que se arvorão a puzão e enraizão os sentimentos de toda a Nação cada vez mais unida, e mais empenhada em hum conflicto, em que se interessa a nossa Independencia, e a nossa Gloria. Wellington, filho da Patria, a fronte dos Excmos. o illustre Bressan dirigio as nossas Tropas, que lhe devem a sua organização, e disciplina: Soldados valorosos, Povo fiel, e em vossa sustentar a causa do Principe, e da Pátria ate a ultima extremidade; portanto, os vossos, as matilhas que nos defendem, e que hum Excmo. de S. Carlos, a quem a miseria, e a desgracia desgrae continuamente, nunca poderá

Bigo Patience Histo.

Manuscript of the 18th century.

Principal source.

Conte de S. Paulo.

Richard Raimundo Rogativa

EDITAL.

Tendo visto Sua Alteza Real com horror e mágoa do seu Paternal Coração o infame procedimento de Dom Pedro de Almeida, Marquez de Alorna, que esquecido do seu nascimento, e das distinctas Mercês, com que o mesmo Senhor o havia honrado, se declarou contra a sua Patria, e Senhor natural, lançando-se com o inimigo, achando-se empregado no ataque contra estes Reinos, e tendo procurado pelos meios da força, e da seducção alienar os animos dos Fiéis Portuguezes, affectando ser General Portuguez para melhor os illudir; espalhando Proclamações sacrilegas, e destinadas a seduzir o Povo, e a Tropa, a quem convidava ao serviço Francez, para a levar a morrer desgraçadamente nas injustas guerras desta Potencia, do mesmo modo que já praticou com os infelizes, que o acompanharam para França no tempo do Intruso Governo, para irem perecer pelo ferro, pela miseria, e pela fome, longe de suas familias, nos Campos da Alemanha: Manda o Principe Regente Nosso Senhor declarar o dito Pedro de Almeida Réo de Lesa Magestade de primeira cabeça; e procedendo sobre a notoriedade do facto como convém em tão atroz, execrando, e abominavel delicto, o Manda privar de todos os Titulos, Honras, e Dignidades, e até do Nome Illustre de Portuguez, de que se fez indigno: Determina que se considere como banido, para que cada hum do Povo o possa matar sem crime, e offerece o premio de mil moedas de ouro a quem o apresentar vivo, ou morto, e o perdão do seu crime, no caso que seja seu complice. Manda outrossim que o Chanceller da Casa da Supplicação faça queimar dentro em vinte e quatro horas as Proclamações por elle espalhadas, e assignadas por sua mão, pelo Executor da Alta Justica, para cuja entrega se expedirão as ordens necessarias ao Intendente Geral da Policia; e para que chegue á noticia de todos, Manda o mesmo Senhor que a presente Portaria se affixe em todo o Reino nos lugares do costume, e se leia em alta voz no acto em que se queimarem as ditas Proclamações, ao qual deve assistir o Ministro que pelo mesmo Chanceller for nomeado. Sua Alteza Real terá o mesmo procedimento a respeito de todos os outros traidores, que são complices do dito infame Pedro de Almeida, assim que na sua Real Presença se verificar o seu crime. Assim se castigão os Traidores! Palacio do Governo em seis de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores do Reino.

NA IMPRESSÃO REGIA.

Tendo visto Sua Alteza Real com horror e mágoa do seu Paternal Coração o infame procedimento de Dom Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, que espedido do seu nascimento, e das distintas Mercês, com que o mesmo Senhor o havia honrado, se declarou contra a sua Patria, e Senhor natural, lançando-se com o inimigo, achando-se empregado no ataque contra estes Reinos, e tendo procurado pelos meios da força, e da sedução alienar os animos dos Fieis Portuguezes, affectando ser General Portuguez para melhor os illudir; espalhando Proclamações sacrilegas, e destinadas a seduzir o Povo, e a Tropa, a quem convidava ao serviço Francez, para a levar a morte desgraçadamente nas injustas guerras desta Pôrtecia, do mesmo modo que já praticou com os indios, que o acompanhão para França no tempo do intêrno Governo, para irrem percer pelo ferro, pela miseria, e pela fome, longe de suas familias, nos Campos da Alemanha: Manda o Principe Regente Nosso Senhor declarar o dito Pedro de Almeida Rôo de Lesa Magestade de primeira cabeça; e procedendo sobre a noticiada do facto como convém em tão atrozes, execrando, e abominavel delicto, o Manda privar de todos os Titulos, Honras, e Dignidades, e até do Nome Illustre de Portuguez, de que se fez indigno: Determina que se considere como bandido, para que cada hum do Povo o possa matar sem crime, e offerece o premio de mil moedas de ouro a quem o apresentar vivo, ou morto, e o perdão do seu crime, no caso que seja seu complice. Manda outrossim que o Chanceller da Casa da Supplicação faça publicar dentro em vinte e quatro horas as Proclamações por elle espalhadas, e assignadas por sua mão, pelo Executor da Alta Justica, para cuja entrega se expedirão as ordens necessarias ao Intendente Geral da Policia; e para que chegue a noticia de todos, Manda o mesmo Senhor que a presente Portaria se affixe em todo o Reino nos lugares do costume, e se leia em alta voz no acto em que se quimarem as ditas Proclamações, ao qual deve assistir o Ministro que pelo mesmo Chanceller for nomeado. Sua Alteza Real tem o mesmo procedimento a respeito de todos os outros traidores, que são complices do dito infame Pedro de Almeida, assim que na sua Real Presença se verificar o seu crime. Assim se castiga os Traidores! Palacio do Governo em seis de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas do Senhor Governador do Reino.

EDITAL.

LUCAS DE SEABRA DA SILVA,

do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, Chanceller da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, &c.

F AÇO saber, que tendo constado nesta Intendencia de huma maneira indubitavel, que os inimigos deste Reino, confiando menos na força dos seus exercitos do que no manejo da intriga, tem feito circular por algumas partes proclamações e outros papeis insidiosos; procurando com artificiosos sofismas illudir os simples, aterrar os fracos, e animar os perversos, a fim de conseguirem pela traição, e por meio da desconfiança entre os Póvos o que não poderão jámais conseguir contra o valor e heroismo da Nação Portugueza, e dos seus generosos Alliados; e convindo á segurança deste Reino, e credito da lealdade Portugueza evitar a circulação de tão infames e sediciosos papeis; determino o seguinte:

I Toda a pessoa que tiver em seu poder proclamações dos Generaes Francezes, ou quaesquer papeis incendiarios, espalhados pelos seus Agentes, a fim de soffocar a energia dos Naturaes deste Reino, e destruir a concordia e uniaão, que felizmente subsiste entre elles e seus Alliados, he obrigada a entregallos em Lisboa ao Desembargador da Casa da Supplicação Jeronymo Francisco Lobo, meu Ajudante; e nas Provincias aos Corregedores das Comarcas, ou Magistrados de vara branca mais proximos do Lugar da sua residencia.

II. No reverso dos mesmos papeis se declarará no acto da entrega o nome do Apresentante, e o dia della, para constar a todo o tempo das pessoas, que por obediencia a esta Ordem deixaão de ficar incursas nas penas abaixo estabelecidas no §. V. Esta declaração será feita pelo Minis-

nistro acceitante sem intervenção de qualquer Official de Justiça.

III. A entrega será feita em Lisboa no Termo de vinte e quatro horas, e nas Provincias no termo de quarenta e oito horas, depois de ser este affixado em cada hum dos lugares públicos.

IV. Os Ministros das Provincias remetterão os papeis, que lhe forem apresentados, ao referido Desembargador no Correio immediato á sua recepção.

V. Toda a pessoa que retiver qualquer dos ditos papeis ou proclamações além do termo assignado no §. III., ou os divulgar, ou der copias delles, será havida e processada como fautor dos inimigos deste Reino.

VI. A obrigação da entrega comprehende não sómente os papeis impressos; mas todas e quaesquer copias extrahidas delles.

VII. Os Ministros Criminaes de Lisboa, Corregedores, Juizes de Fóra, e Ordinarios do Reino averiguarão as pessoas, em cujo poder forem vistos quaesquer dos ditos papeis, e darão disso conta todos os Correios na Intendencia Geral da Policia, a fim de se ordenarem os devidos procedimentos no caso de culpa.

E para que assim se cumpra na conformidade das Ordens do Principe Regente Nosso Senhor, mandei lavrar o presente, que será affixado em todos os lugares públicos deste Reino, para que ninguem possa allegar ignorancia.
Lisboa 6 de Setembro de 1810.

Lucas de Seabra da Silva.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor da Intendencia Geral da Policia.

SEND O necessario , para augmentar a força da Defeza do Estado , organizarem-se Companhias de Artilheiros de Ordenanças em todo o Reino para o Serviço da Artilheria de posição: Manda o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor que se ponha em execução o Plano junto , assignado por D. Miguel Pereira Forjaz , do seu Conselho , e Secretario do Governo Encarregado das Repartições da Guerra , e da Mari- nha : O Conselho de Guerra o tenha assim enten- dido , e faça executar. Palacio do Governo em 10 de Setembro de 1810.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores dos Reinos de Portugal , e dos Algarves.

Reinos de Portugal, e dos Algarves.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores dos

de Setembro de 1810. Palácio do Governo em 10

Uma: O Conselho de Guerra o tenha assim enten-

entregado das Repartições da Guerra, e da Mari-

jaz, do seu Conselho, e Secretário do Governo En-

o Plano junto assignado por D. Miguel Pereira For-

Resente Nosso Senhor que se ponha em execução

Serviço da Artilharia de posição e Manda o Príncipe

Artilheiros de Ordenanças em todo o Reino para o

Deixa do Estado, organizam-se Companhias de

SEUDO necessário, para augmentar a força de

subordinando ao Governo a sua Voz e a

The value of α depends on the clay:

Portuguesa ao Governo das Armas d

de vengação sobre os mex de

181-95

PLANO

De Organização das Companhias de Artilheiros de Ordenanças.

COMPOSIÇÃO, E FORÇA DE HUMA COMPANHIA.

I	-	-	-	1.º Tenente Commandante
I	-	-	-	2.º Tenente
I	-	-	-	1.º Sargento
I	-	-	-	2.º Sargento
I	-	-	-	Furriel
5	-	-	-	Cabos de Esquadra
50	-	-	-	Soldados
<hr/>				
60				praças.

Instrucções.

I. As Companhias de Artilheiros de Ordenanças, que se achão organizadas em todo o Reino para o Serviço da Artilheria de posição, serão consideradas como Corpos de Ordenanças propriamente ditos; e como taes ficarão sujeitos ao recrutamento de Linha, e Milicias todos os individuos, que as compozerem.

II. Os Officiaes, e Officiaes Inferiores de cada huma das sobreditas Companhias gozarão das mesmas honras, privilegios, e isenções de que gozão os Officiaes, e Officiaes Inferiores dos Corpos de Ordenanças.

III. Os Sargentos, Furrieis, Cabos de Esquadra, e Soldados vencerão 40 réis, e huma ração de pão nos dias em que estiverem de Serviço; e ração de Etapa quando forem destacados para fóra dos seus respectivos Districtos.

IV. Estas Companhias ficarão subordinadas immediatamente aos Governadores Militares dos seus Districtos, e aos Generaes Governadores das Armas das respectivas Provincias, a quem devem remetter no principio de cada mez hum Mappa das praças que entrarão de Serviço no mez antecedente, conforme o modelo (A).

V. As Companhias de hum mesmo Governo de Armas serão numeradas segundo a antiguidade da Creação de cada huma, addicionando-se-lhe *de Artilheria do Governo Militar de*

VI. Em cada Companhia haverá hum Livro de Registo, no qual se escreverão os Postos, nomes, annos de idade, estado, lugar de residencia, signaes, dia em que assentárão praça, e Observações de todas as praças da mesma Companhia; cujas folhas serão rubricadas pelo respectivo Commandante Geral: este Livro servirá de verificar a existencia de cada huma das praças da mesma Companhia, e deverá estar em poder do seu Commandante.

VII. As Relações dos Prets serão nominaes, e formalizadas pelo modelo (B) no qual se declarão os dias em que esteve de Serviço cada huma das praças nellas mencionadas.

VIII. As Relações dos Prets, e Livranças para a Thesouraria serão assignadas pelo Commandante da Companhia, e Commandante Geral, e rubricadas pelo Governador Militar do respectivo Districto: o Governador Militar servirá de Commandante Geral em 1.º de todas as Companhias do seu Districto.

IX. Nos Districtos Militares em que houver mais de huma Companhia, terão por Commandantes Geraes em 2.º *duas a duas* Officiaes com as Patentes de Capitães de Ordenanças; porém se for impar o numero total das Companhias do mesmo Districto, o Capitão mais antigo será o Commandante de tres: devendo os Commandantes Geraes ser escolhidos d'entre os Capitães, que residirem no centro das suas respectivas Companhias.

X. Os Commandantes em 1.º poderão nomear hum, ou mais Officiaes Subalternos das suas respectivas Companhias para seus Ajudantes, com tanto que não nomeem mais que hum, n'hum mesma Companhia.

Palacio do Governo em 10 de Setembro de 1810.

D. Miguel Pereira Forjaz.

Na Impressão Regia.

Sendo a Carta Regia, dirigida ao Clero, Nobreza e Povo, com a data de sete de Março do presente anno, hum dos mais illustres monumentos, não só da profunda sabedoria, liberalidade de principios de administração, e dilatadas vistas para o futuro augmento da prosperidade da Nação, que tão particularmente caracterizão o feliz Governo do Principe Regente Nosso Senhor, mas tambem da incomparavel Bondade do mesmo Augusto Senhor, o qual, á maneira de hum Pai rodeado de filhos, a quem ternamente ama, se compraz em lhes revelar os projectos, que tem meditado para a sua felicidade, e goza anticipadamente dos beneficios, que lhes prepara, e das bençãos que a idade presente, e as vindouras derramarão sobre a época do seu Glorioso Reinado: Succede infelizmente que alguns individuos, ou seja por ignorancia crassa e indisculpavel, ou por huma maliciosa preversidade, tem tido o criminoso desacordo de suppõem já estabelecidas algumas das providencias, que Sua Alteza Real ainda não estabeleceo, Havendo unicamente Ordenado na referida Carta aos Governadores do Reino, que meditem sobre os meios mais convenientes para se darem as ditas providencias, as quaes só podem ser dadas pelo mesmo Augusto Senhor, quando subirem á sua Real Presença os trabalhos de que Foi servido encarregar os sobreditos Governadores; trabalhos, que por sua extensão, importancia, e difficil combinação dos direitos dos interessados, pedem a maior madureza, e a mais séria e circumspecta reflexão. Este reprehensivel excesso se tem manifestado particularmente a respeito dos Dizimos; porque Declarando Sua Alteza Real simplesmente *„ que tinha dado Ordens aos Governadores do Reino, para que se occupem dos meios com que se poderão fixar os Dizimos „* se tem atrevido algumas pessoas, com a mais temeraria e criminosa ousadia a recusarem a solução dos Dizimos Ecclesiasticos, os quaes a mesma Carta Regia nem supprime de presente, nem manda supprimir para o futuro;

mas só projecta *fixar*, para que seja mais facil a sua solução, e mais livre dos abusos que podem commetter, tanto os que os pagão, como os que os recebem. E posto que as pessoas, que com manifesta má fé assim procurão subtrahir-se ao cumprimento de huma obrigação tão sagrada, não possão ter escusa, pois que obrão contra a letra clara da Lei; com tudo para cortar de hum golpe todos os subterfugios e cavilações, a que se possa recorrer sobre este importantissimo objecto; Manda o Principe Regente Nosso Senhor declarar, que a obrigação de pagar os Dizimos Ecclesiasticos subsiste no mesmo estado, e em toda a sua força, sem mudança, nem inovação alguma; e que contra os que recusarem pagar os mesmos Dizimos, tem lugar os procedimentos costumados, não havendo até o presente Lei ou outra Determinação Regia, que fizesse a menor alteração sobre estes Artigos. Palacio do Governo em dezesete de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com cinco Rubricas dos Senhores Governadores destes Reinos.

Na Impressão Regia.

EDITAL.

O DOUTOR JOSE PEREIRA DA CRUZ,
Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, Professo na
Ordem de Christo, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, Medico da
Camera do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, e Juiz Com-
missario Delegado Geral do Juizo Privativo do Fysico Mór do Rei-
no, Estados, e Dominios Ultramarinos, nas tres Provincias do Sul
do Reino de Portugal, e do Algarve, com Alçada pelo dito Senhor,
que Deos guarde, &c.

FAço saber a todos os Commerçantès, Mestres, Capi-
tães de Navios, Donos, ou Consignatarios delles, Expor-
tadores, e Importadores de Boticas, Drogas e Generos
Medicinaes, que S. A. R. Foi servido estabelecer, por
seu Régio Alvará, na Corte do Rio de Janeiro, na da-
ta de 22 de Janeiro do corrente anno, o Regimento Re-
gulador do meu Emprego, no qual Alvará, entre outros
§§. de Providencias, Manda no §. XIV. o seguinte:

§. XIV. „ Visitará, e examinará na Alfandega todas
„ as Boticas, e Drogas, que chegarem de fóra, assim
„ como as Boticas dos Navios, que estiverem para fazer
„ viagem, sem a qual Visita nenhum Navio poderá sair,
„ nem os Officiaes das Alfandegas poderão admittir a Des-
„ pachos Botica alguma; para o que se passará a compe-
„ tente Certidão de Visita, e por ella se regularão as Se-
„ cretarias dos Governos, para denegar, ou conceder o
„ ultimo Despacho para seguirem viagem, e o Juiz d'Al-
„ fandega para admittir, ou não a Despacho as Boticas.
„ Estas Visitas, e Exames das Boticas dos Navios, se
„ farão em terra, e só se poderão fazer a bordo, quando
„ o ancoradouro for em mar manço, em que os Navios
„ não joguem, em razão do enjão, e balanço, que fazem
„ impraticaveis semelhantes Exames. Destas Visitas, e das
„ Boticas, que vem de fóra, se pagará a propina de seis
„ mil e quatrocentos réis; a saber: dois mil e quatrocen-
„ tos réis para o Fysico Mór do Reino, mil e duzentos

„ réis para o Juiz Commissario , oitocentos réis para cada
„ hum dos Visitadores , oitocentos réis para o Escrivão ,
„ e quatrocentos réis para o Meirinho , e seu Escrivão .
„ Nestas Visitas porém não haverá condemnação alguma
„ sobre os Medicamentos reprovados , e sómente serão
„ lançados fóra. Sahindo algum Navio , sem pedir , e se
„ fazer Visita na Botica , o Proprietario , ou Consignata-
„ rio delle pagará a mesma quantia da Visita , como mul-
„ ta da sua malicia. „

Em consequencia do que , Ordeno a todos os sobre-
ditos , que tendo Boticas , Drogas , ou Generos Medicinaes
nas respectivas Alfandegas , ou Casa da India , venhaõ ,
em tempo , a este competente Juizo ás casas de minha re-
sidencia a S. Lazaro , ou á Secretaria delle , na Rua di-
reita do Salitre N.º 302 , com os seus Requerimentos ,
para se fazer a precisa Visita , e haverem as Certidões das
suas approvações , dos Generos visitados , para com ellas
requererem o seu competente , e ultimo Despacho para a
sua livre venda , e exportação das Boticas para fóra do
Reino ; e isto debaixo das penas estabelecidas pelas Leis ,
e Regimento deste Juizo.

E para que chegue á noticia de todos , e não allega-
rem ignorancia alguma , mandei affixar o presente , nos Lu-
gares Públicos , de que se ha de passar a competente Cer-
tidaõ. Victorino Antonio de Brito , Escrivão , Secretario ,
Nomeado do sobredito Juizo , e competencias delle o fez
escrever , e imprimir. Lisboa 24 de Setembro de 1810.

José Pereira da Cruz.

Representando o Marechal Commandante em Chefe do Exercito ser conveniente a providencia de premiar os que prenderem Desertores, para evitar as deserções com a prompta execução das penas impostas pelas Leis : Manda o Principe Regente Nosso Senhor, que se dê o premio de quatro mil e oitocentos réis a todo aquelle, que prender hum Desertor, e o apresentar, pago pela pessoa que nas suas Casas, Quintas, ou Fazendas lhe tiver dado asilo, ou receber no seu serviço, sendo cobrado executivamente, e entregue pelo Juiz de Fóra do Districto, ou Corregedor da Comarca, á conta da maior quantia, decretada para a Caixa Militar, pelo paragrafo quarto do Alvará de seis de Setembro de mil setecentos sessenta e cinco ; e na falta do dito meio, será pago pela mesma Caixa Militar, para ser embolçada pelos vencimentos futuros do Desertor, se este continuar a servir. Palacio do Governo em vinte e seis de Setembro de mil oitocentos e dez.

Com seis Rubricas dos Senhores Governadores destes Reinos.

Na Impressão Regia.

Episodiando o Marechal Commandante em
Chefe do Exército ser conveniente a provi-
dencia de premiar os que pretendem liber-
tares, para evitar as desordens com a prom-
ta execução das penas impostas pelas Leis : Manda
o Principe Regente Nosso Senhor, que seja o pre-
mio de quatro mil e oitocentos reis a todo aquelle
que prender hum Desertor, e o apresentar, pago
pela pessoa que nas suas Casas, Quintas, ou Taxen-
das lhe tiver dado asilo, ou receber no seu servico, sendo
cobrado executivamente, e entregue pelo Juiz de Fora
do Districto, ou Corregedor da Comarca, a conta da
maior quantia, decretada para a Caixa Militar, pelo
paragapho quarto do Alvará de seis de Setembro de
mil, setecentos e sessenta e cinco : e na falta do dito
meio, será pago pela mesma Caixa Militar, para ser
embolsada pelos vencimentos annuaes do Desertor,
se este continuar a servir. Palacio do Governo em
vinte e seis de Setembro de mil oitocentos e dez.

Reino: e isto debaixo das penas estabelecidas pelas Leis
e Regulamento deste Juizo.

Na Imprensa Regia.

EDITAL.

LUCAS DE SEABRA DA SILVA,

do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, Chanceller da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, &c.

EXIGINDO os deveres da humanidade que se prestem todos os soccorros áquelles, que abandonando as suas terras vem buscar na Capital asylo contra a tyrannia dos inimigos deste Reino; e sendo incompativel com os deveres da Policia, que se deixem perecer estes infelizes, expostos á calamidade de huma Estação chuvosa: Determino o seguinte.

I. Nenhum Proprietario de Casas, que se achem desocupadas, póde negallas aos habitantes das Provincias, que se recolhem a esta Capital pelo sobredito motivo.

II. Os alugueres destas Casas serão regulados pelo preço do ultimo arrendamento sem o menor augmento; e quando o dono tenha recebido preços maiores, os restituirá no termo de vinte e quatro horas.

III. Todo o Proprietario, que por evitar esta judicial coacção tirar os escritos das suas propriedades, perderá todo o direito, que lhe compete a exigir alugueres; as Casas serão dadas de graça ás familias pobres até ao proximo Natal, e pagará tanto quanto for o preço do aluguer correspondente a beneficio das familias pobres.

IV. Os Ministros Criminaes dos Bairros procederão summariamente no conhecimento dos referidos excessos, não obstante quaesquer privilegios em contrario; porque todos devem cessar na mais urgente de todas as Causas.

V. Fica a cargo dos Ministros supraditos fazer alojar em Casas desoccupadas as familias indigentes, e cuidar no seu abri-

abrigo, entendendo-se a este respeito com o Desembargador Conselheiro Bernardo Xavier Barbosa Sachetti, para isso authorisado por Sua Alteza Real.

VI. Todas as diligencias, que a este respeito se praticarem, serão de graça, á excepção das que se fizerem para a imposição de penas impostas aos Proprietarios comprehendidos no §. III. E todo o Official de Justiça, que praticar o contrario, será punido com tres mezes de Cadêa.

Para que o referido chegue á noticia de todos mandei affixar o presente de mandado de Sua Alteza Real o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor. Lisboa oito de Outubro de mil oitocentos e dez.

Lucas de Seabra da Silva.

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,

Impressor da Intendencia Geral da Policia.

EDITAL.

LUCAS DE SEABRA DA SILVA,
do Conselho do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor,
Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da
Ordem de Christo, Desembargador do Paço, Chanceller
da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da Poli-
cia da Corte e Reino, &c.

F AÇO saber que, sendo presente a Sua Alteza Real
que hum grande número das pessoas, que desampa-
rárao as suas habitações para se subtrahirem á barba-
ridade do inimigo, desejaõ passar á margem esquer-
da do Téjo por terem ahi maior commodidade para
a sua subsistencia, Foi o Mesmo Senhor servido determinar que
as ditas pessoas o possaõ livremente fazer sem que se lhes po-
nha impedimento. Devendo porém regular-se esta liberdade de-
baixo de principios, que não compromettaõ a segurança públi-
ca, e que não dê occasião a que os passageiros se vaõ alli expôr
á incommodidade de não acharem predios senão por preços
excessivos, e de se lhes diffcultar a passagem com extorsões
escandalosas; Determino o seguinte:

I. Todas as pessoas, que passarem á margem esquerda do
Téjo, se apresentarão no termo de vinte e quatro horas pe-
rante os Magistrados das differentes terras onde forem residir,
declarando os seus nomes, occupaões, naturalidades, núme-
ro dos individuos de suas familias, e dia em que deixárao as
suas terras. Estas declarações seraõ tomadas de graça, e re-
mettidas todos os Correios, sem a menor falta, á Intenden-
cia Geral da Policia.

II. Nenhum Proprietario de Casas poderá recusar a estas
familias as que estiverem por alugar; tendo a este respeito ple-
na observancia o que se acha determinado pelo Edital, que de
mandado de Sua Alteza Real mandei affixar na data de oito do
corrente.

III. Os Arraes das embarcações não excederão as taxas,
que se achão estabelecidas nos portos do Sul do Téjo pelas
posturas das Camaras; e quando pratiquem o contrario, lhes se-
raõ impostas as Coimas declaradas nas mesmas Posturas.

IV.

IV. E porque os mesmos Arraes, e Patrões das embarcações, para melhor segurar os excessivos preços, que costumão extorquir, exigem os pagamentos adiantados; fica-lhes prohibido o cobrarem cousa alguma antes de chegarem aos portos a que se destinaõ, debaixo da pena de hum mez de Cadêa, e na mesma pena incorrerão, quando por esta causa maltratarem algum Passageiro; não merecendo pelo facto hum mais severo procedimento criminal.

V. Os Officiaes de Justiça de huma e outra margem do Téjo, e as patrulhas da Policia, que vigiaõ os Caes desta Capital, farão executar o que acima fica determinado neste Edital.

VI. Os Juizes de Fóra, e Ordinarios das Terras do Sul do Téjo estabelecerão com as Camaras os Acordãos necessarios, para que com o pretexto desta emigração se não vendaõ por excessivos preços os generos necessarios para a subsistencia das familias, que a necessidade obriga a procurar hum asylo contra a tyrannia do inimigo.

E para que do referido se não allegue ignorancia, este Edital será affixado nesta Capital, e nas terras da margem direita do Téjo. Lisboa dez de Outubro de mil oitocentos e dez.

Lucas de Seabra da Silva

NA OFFICINA DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO

Impressor da Intendencia Geral da Policia.

O PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, Movido pela mesma necessidade, que nas actuaes circumstancias tem obrigado a lançar mão de muitos soccorros extraordinarios para a subsistencia dos Exercitos empregados na defesa destes Reinos, á qual he especialmente applicado o Subsidio Militar das Decimas; e Attendendo a que aquella porção deste rendimento, que no Erario Regio entra em Apolices Grandes, fica inutilizada para o pagamento das referidas despesas: Manda por tão urgentes motivos, que ellas interinamente não se recebam, pelo que toca á Cidade de Lisboa, seu Termo, e Provincia da Extremadura, em pagamento do referido Subsidio, assim do que se estiver devendo pelos annos passados, como do que se for vencendo no presente; na intelligencia porém de que as Apolices, que já estiverem recebidas, e existão no competente Cofre, nas suas entregas no Erario devem ser acompanhadas de Certidões legaes, em que se declare, que se achavão recebidas até o dia dezoenove de Fevereiro deste anno, data do Aviso, que sobre este objecto foi provisionalmente expedido pelo Presidente do Real Erario. O Conselho da Fazenda fique nesta intelligencia, para em conformidade se regular nas questões occorrentes. Palacio do Governo em onze de Outubro de mil oitocentos e dez.

Com quatro Rubricas dos Senhores Governadores do Reino.

Na Impressão Regia.

Na Imprensa Regia

EDITAL.

O SENADO da Camara, tendo em observancia das Ordens do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, tomado medidas, proporcionadas ás circumstancias actuaes, em favor dos miseraveis, que refugiando-se das atrocidades, em toda a parte experimentadas do inimigo inclementissimo, vierão de Coimbra, e outras terras buscar nesta Cidade, Mãi e Patria commum de todos os Portuguezes fieis, o abrigo que bem podião prometter-se do Nosso Clementissimo Soberano: Declara com tudo, que, segundo a boa interpretação das Ordens Regias, as sobreditas providencias de nenhum modo podem ou devem entender-se favoraveis á ociosidade, mendicidade improba, e á relaxação dos costumes; e que nesta intelligencia o mesmo Senado da Camara, sem ingerir-se nas cautellas, e correcção daquelles abusos, pertencentes a outra Repartição; e depois de exhortar os Pais de familias, Proprietarios, Fabricantes, e Artistas a aproveitarem no seu serviço, cultura das suas terras, e exercicio dos seus respectivos mesteres pelo moderado jornal, ou soldada, que lhes facilita a concorrência, tantos braços uteis: Adverte em geral aos ditos refugiados, de hum e outro sexo, que constando se recusão a viver do seu trabalho, e industria honesta, ou de que com a depravação dos seus costumes se tornão prejudiciaes ao Publico, serão logo expulsos do alojamento, e excluidos do alimento diario, que se lhes ministra; pois que nem as rendas da Cidade, nem o grande fundo da Caridade dos seus Habitantes, podem ser destinados ao soccorro de mãos adventicios, que com o seu reprovado e escandaloso procedimento, hajão de transtornar a boa ordem, e perturbar o socego da Cidade, que benignamente os recebeo, alimenta, e ampara. E para que assim conste, se mandou affixar nos Lugares publicos o presente Edital. Lisboa onze de Outubro de mil oitocentos e dez.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.

NA IMPRESSÃO REGIA.

EDITAL.

O SENADO da Camara, tendo em observancia das Or-
dens do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, to-
mado medidas, proporcionadas as circumstancias actuaes,
em favor dos miseraveis, que refugiam-se das atroci-
dades, em toda a parte experimentadas do inimigo inclementissi-
mo, victor de Coimbra, e outras terras praticas desta Cidade,
Mais e Patria common de todos os Portuguezes fiéis, o abriga-
que bem podia prometter-se do Nosso Clementissimo Sobera-
no: Declara com tudo, que, segundo a boa interpretação das
Ordens Regias, as sobreducas providencias de nenhum modo po-
dem ou devem entender-se favoraveis á escusidade, mendici-
dade, impiedade, e á relaxação dos costumes; e que nesta intelli-
gencia o mesmo Senado da Camara, sem ingerir-se nas caue-
las, e correcção daquelles abusos, pertencentes a outra Repar-
tição; e depois de exhortar os Pais de familias, Proprietarios,
Fabricantes, e Artistas a aproveitarem no seu serviço, cultura
das suas terras, e exercicio dos seus respectivos mestres pelo
trabalho jornal, ou soldada, que lhes facilita a concorrencia,
tanto para os seus: Advirte em geral aos ditos refugiados, de
hum e outro sexo, que constando se recusão a viver do seu tra-
balho, e industria honesta, ou de que com a depravação dos
seus costumes se tornão prejudiciaes ao Publico, serão logo ex-
pulsos do alojamento, e excluidos do alimento diario, que se
lhes ministra; pois que nem as tendas da Cidade, nem o gran-
de fundo da Cidade dos seus Habitantes, podem ser destinados
ao socorro de maos adventicios, que com o seu reprovo e
escandaloso procedimento, hajão de transtornar a boa ordem, e
perturbar o socorro da Cidade, que benignamente os recebeo,
alimenta, e ampara. E para que assim conste, se mandou affixar
nos Lugares publicos o presente Edital. Lisboa onze de Outubro
de mil oitocentos e dez.

Francisco de Almeida Alves e Mello.

OS GOVERNADORES DO REINO DE PORTUGAL E DOS ALGARVES.

Portuguezes: A marcha do Exercito Inimigo, que já debilitado pela penuria, e pelas passadas perdas, obedece de máo grado ás ordens despoticas do seu Tyranno, nos annuncia huma proxima Batalha. O numero, e valor, já provado, do Exercito combinado, sua formidavel posição, e a impaciencia, com que as Tropas clamão pelo combate, tudo nos promette hum successo feliz, e glorioso. O DEOS dos Exercitos abençoará as nossas Armas, e nos dará huma completa victoria. Os Governadores do Reino, o Marechal General, o Exercito, e toda a Nação, assim o esperão, e tem todos os motivos de o esperar. He porém necessario, que nesta occasião vos acauteleis contra os falsos rumores, que póde espalhar a malicia, ou a timidez. Não vos assuste a passagem de Tropas, a chegada de Feridos, o continuado giro de Transportes, e outros movimentos, que são necessaria consequencia das operações da Guerra. Não acrediteis noticia alguma, que não for annunciada pelo Governo, de cuja franqueza tendes tido tantas provas: Elle dará as providencias para castigar os malevolos, que se atreverem a espalhar falsas vozes, com a severidade que exigem as circumstancias. Portuguezes, socego, confiança, obediencia, e seremos felizes. Palacio do Governo treze de Outubro de mil oitocentos e dez.

Bispo Patriarcha Eleito.

Marquez Monteiro Mór.

Principal Souza.

Conde de Redondo.

Carlos Stwart.

Ricardo Raimundo Nogueira.

NA IMPRESSÃO REGIA

OS GOVERNADORES DO REINO DE PORTUGAL E DOS ALGARVES

Portuguezes: A marcha do Exército inimigo, que ja de-
bilado pela penuria, e pelas passadas perdas, obedece
de mão grada as ordens despoças do seu Tyranno, nos
annuncia hum proximo Batalha. O numero, e valor,
e provado, do Exército combinado, sua formidavel posicao, e
a impaciencia, com que as Tropas chamão pelo combate, tudo
nos promete hum successo feliz, e glorioso. O DEOS dos
Exercitos abençoar as nossas Armas, e nos dar hum comple-
ta victoria. Os Governadores do Reino, o Marechal General,
o Exército, e toda a Nação, assim o esperão, e tem todos os
motivos de o esperar. He porém necessario, que nesta occasião
vos annuncie contra os falsos rumores, que pôde espalhar a tra-
dição, ou a timidez. Não vos assuste a passagem de Tropas, a
chegada de Feridos, o continuado giro de Transportes, e outros
movimentos, que são necessaria consequencia das operações da
Guerra. Não accreditéis noticia alguma, que não for annunciada
pelo Governo, de cuja franqueza tendes tido tantas provas. Elle
dá as providencias para castigar os malevoles, que se atreve-
ram a espalhar falsas vozes, com a severidade que exigem as
circunstancias. Portuguezes, socoço, confiança, obediencia, e
seremos felizes. Palacio do Governo treze de Outubro de mil
oito-centos e dez.

Bispo Patriarcha Elito. Marquez Montevie Mar.
Principal Senz. Conde de Rondonho.
Carlos Stewart. Ricardo Raimundo Nogueira.

Tendo o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor encarregado os Governadores do Reino de pôr em cautela as Munições terrestres , e navaes , os Reaes Archivos , as preciosidades da Coroa , e os Cofres publicos , se os successos da Guerra fizessem que o Inimigo se approximasse á Capital ; e verificando-se presentemente este facto , posto que todas as combinações sejam a favor da nossa justa causa , e lhes dem as mais bem fundadas esperanças de annunciar ao Publico huma victoria gloriosa : Comtudo , devendo respeitar religiosamente as Ordens do Soberano , tem resolvido dar as providencias oportunas para a sua execução. E podendo acontecer que alguns Particulares por hum excesso de prevenção queirão tambem depositar as suas preciosidades em lugar seguro , fazem os Governadores do Reino saber , que elles tem destinado a Náo Vasco da Gama , e a Fragata Fenix , para receberem a seu bordo todo o dinheiro , prata , joias , e mais preciosidades , que quaesquer pessoas ahi quizerem depositar ; assim como poderão fazer o dito deposito em qualquer das Embarcações de Guerra Inglezas , surtas neste Porto , pagando o premio do costume. He outro sim permittido ás pessoas , a quem a proximidade de huma batalha poder causar susto , o retirarem-se desta Capital. O Governo , á vista da superioridade do Exercito combinado , da pericia dos Generaes , e do valor das Tropas , não julga haver presentemente motivo algum de receio ; mas tendo promettido annunciar sempre a verdade á Nação , lhe faz saber a sua determinação a este respeito , e offerece aos tímidos os meios apontados. Palacio do Governo em quatorze de Outubro de mil oitocentos e dez.

Com as Rubricas dos Governadores do Reino.

NA IMPRESSÃO REGIA.

232
 Eando o PRINCIPLE REGENTE Nosso Senhor
 encarregado os Governadores do Reino de por
 em causa as Minhas rendas, e navas, os
 Reaes Archivos, as preciosidades da Coroa, e os
 Cores publicos, se os successos da Guerra fossem que o
 Inimigo se approximasse à Capital; e verificando-se presente-
 mente este facto, posto que todas as combinações seião a fa-
 vor da nossa justa causa, e lles dem as mais bem fundadas
 esperanças de annunciar ao Publico huma victoria gloriosa:
 Comtudo, devendo respectar religiosamente as Ordens do
 Soberano, tem resolvido dar as providencias opportunas para
 a sua execução. E podendo reconhecer que alguns Particulares
 por hum excesso de prevenção quão tambeem depositar as
 suas preciosidades em lugar seguro, fazem os Governadores
 do Reino saber, que elles tem destinado a Não Vasco da
 Gama, e a Fragata Fenix, para receberem a seu bordo to-
 do o dinheiro, prata, joias, e mais preciosidades, que quize-
 rem pessoas ali quizerem depositar; assim como poderão fa-
 zer o dito deposito em qualquer das Embarcações de Guerra
 Inglesas, suas neste Porto, pagando o premio do costume.
 He outro sim permitido as pessoas, a quem a proximidade
 de huma batalha poder causar susto, o retirarem-se desta Ca-
 pital. O Governo, a vista da superioridade do Exercito com-
 pellido, da pericia dos Generaes, e do valor das Tropas,
 não julga haver presentemente motivo algum de receio; mas
 tendo prometido annunciar sempre a verdade à Nação, he
 faz saber a sua determinação a este respeito, e offerece aos
 unidos os meios apontados. Palacio do Governo em quatro-
 ze de Outubro de mil oitocentos e dez.

Com as Rubricas dos Governadores do Reino.

A Chando-se presentemente nesta Cidade hum grande número de pessoas que nella se refugiárão para escapar ao furor do inimigo, entre os quaes ha muitos Individuos, que estão nas circumstancias de ser recrutados para a Tropa de Linha; e exigindo o estado actual deste Reino que todos os Vassallos habeis tomem as Armas em defeza da Patria: He o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor Servido ordenar, que todas as pessoas, que se acharem com os requisitos necessarios para o dito serviço, passem a assentar Praça no Deposito de Val de Pereiro, dentro de oito dias, contados da publicação da presente Portaria; e apresentando-se voluntariamente no dito tempo, receberá cada hum tres mil e duzentos réis de gratificação. Passado o mesmo espaço de oito dias, as Authoridades encarregadas do Recrutamento, procederão a recrutar os referidos sujeitos, que estiverem nas devidas circumstancias. As Authoridades Civís ou Militares, a quem o conhecimento desta pertencer, lhe darão a sua devida execução. Palacio do Governo em 17 de Outubro de 1810.

Com seis Rubricas dos Governadores do Reino.

NA IMPRESSÃO REGIA.



Quando se presentemente nesto Reino hum gon-
de número de pessoas que se se refugio pa-
ta escapar do furo do furo, entre os quaes
de muitos indios, que cada vez se encontram
de ser recolhidos para a tropa de indios, e exigindo o
estado actual deste Reino que todos os indios habem
torem as Almas em defesa da Patria: H. O PRINCIPAL
REGENTE Nosso Senhor Sechoi Sechoi ordena, que todas as
pessoas, que se acharem com os indios necessarios pa-
ra o dito serviço, passem a assistir Poca no Depoito
de Val de Perito, dentro de oito dias, contados da pu-
blicação da presente Portaria; e prestando se voluntaria-
mente no dito tempo, recebendo cada hum tres mil
dinhos de gratificação. Passado o mesmo espaço de
oito dias, as Autoridades encarregadas do Recenseamento,
procederão a retirar os respectivos indios, que estiverem
nas devidas circunstancias. As Autoridades Civis ou Mil-
tares, a quem o cumprimento desta portaria, lhe datar a
sua devida execução. Palacio do Governo em 17 de Outu-
bro de 1810.

Com seu Rubrica do Governador do Reino.

NA IMPRESSÃO REGIA.

DECRETO.

ESTANDO estabelecido no Artigo XV. do Tratado de Commercio de dezenove de Fevereiro do corrente anno, celebrado entre a Minha Real Coroa, e o Meu antigo, e fiel Alliado El Rei da Grã Bretanha, que todos os Generos, Mercadorias, e Artigos da Produccão, Manufatura, Industria, ou Invenção dos Dominios, e dos Vassallos Britanicos, paguem por entrada sómente quinze por cento de Direito; e não sendo conforme nem á razão, e á justiça, nem á igualdade, que convém haver nas transacções mercantis, que os Meus Vassallos paguem maiores Direitos pelos mesmos Generos, e Mercadorias, o que impediria o augmento, e prosperidade do Commercio Nacional, que muito Desejo adiantar, e promover em beneficio da riqueza, e felicidade pública: Sou Servido Ordenar, que os sobreditos Generos, e Mercadorias de Produccão, Manufatura, Industria, ou Invenção Ingleza, que por conta dos Meus fieis Vassallos forem importados nas Alfandegas do Reino, deste Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos, em Navios Nacionaes, ou Estrangeiros, paguem por entrada quinze por cento sómente, derogados nesta parte a Carta Regia de vinte e oito de Janeiro, e o Decreto de dezeseis de Junho de mil oitocentos e oito, ficando em tudo o mais em seu inteiro vigor, e plena observancia. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e o faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Outubro de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica DO PRINCIPE REGENTE N. S.

Na Impressão Regia.

DECLARATÓ

ESTANDO estabelecido no Artigo XV. do Tratado de Commercio de dez nove de Fevereiro do corrente anno, celebrado entre a Minha Real Magestade, e o Meu antigo, e fiel Alliado El Rei da Grã Bretanha, que todos os Generos, Mercadorias, e Artigos de Produçao, Manufacturas, Industria, ou Invençao dos Dominios, e dos Vassallos Britannicos, paguem por entrada somente quinze por cento de Direito; e não sendo conforme nem a razão, e a justiça, nem a igualdade, que convem haver nas transacções mercantiles, que os Meus Vassallos paguem maiores Direitos pelos mesmos Generos, e Mercadorias, o que impediria o aumento, e prosperidade do Commercio Nacional, que muito Dezo e adiantar, e promover em beneficio da riqueza, e felicidade publica: Sou Servido Ordenar, que os sobre ditos Generos, e Mercadorias de Produçao, Manufacturas, Industria, ou Invençao Inglesa, que por conta dos Meus fieis Vassallos forem importados nas Aldeas do Reino, deste Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos, em Navios Nacionais, ou Estrangeiros, paguem por entrada quinze por cento somente, dezo e oito por cento de mais em seu inteiro vigor, e o Decreto de dez seis de Junho de mil oitocentos e oitenta e oito, ficando em tudo o mais em seu inteiro vigor, e plena observancia. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e o faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em desotto de Outubro de mil oitocentos e dez.

Com a Rubrica DO PRINCIPLE REGENTE N. S.

Na Imprensa Regia.

EDITAL.

TEndo o Procurador da Cidade Francisco de Mendonça Arraes e Mello exposto no Senado da Camara a inobservancia do Real Aviso de 8 do corrente, no excesso dos preços dos Viveres de subsistencia indispensavel, que se vai experimentando progressivamente: e outro sim o monopolio, e occultação do genero, que entre os da primeira necessidade tem o primeiro lugar. Requerendo o mesmo Procurador da Cidade a effectiva e prompta execução daquella Ordem Regia, quanto aos primeiros; e a instauração das providencias dadas no Edital de 20 de Abril de 1801, quanto aos segundos: O Senado da Camara commina aos transgressores do mencionado Regio Aviso a pena de serem inhibidos de vender, e de lhes fecharem as lojas, encarregando aos Almotacés das Execuções o exacto cumprimento desta Ordem. E quanto áquelles, que calculando a sua fortuna pela miseria pública, monopolizão e escondem o pão nos seus particulares celleiros, a fim de irem cada vez mais augmentando o seu preço muito acima daquelle, justa proporção, que só póde ser equilibrada pela concorrência no Terreiro Público: Ordena o mesmo Senado, que toda a pessoa, que conservar particulares depositos de Trigo, ou de quaesquer outros grãos, de que se póde fabricar pão, e do qual não tenha dado entrada no dito público Terreiro, como igualmente Barricas de Farinha, venha declarar neste Tribunal a existencia, especie, e quantidade de quaesquer dos mesmos generos, no termo de tres dias depois da affixação deste Edital, sob pena de perdimento do genero occultado, tres partes a favor da Fazenda da Cidade, que serão conduzidas ao Terreiro público, para nelle serem vendidas pelo menor preço que correr, em beneficio do Povo; e a quarta parte applicada ao Denunciante, que poderá dar a sua Denuncia em segredo. E para que se faça notorio a todos, se mandou affixar o presenre. Lisboa 19 de Outubro de 1810.

Na Impressão Regia.

Francisco de Mendonça Arraes Mello.

Na Impressão Regia.

Tendo o Procurador da Cidade Francisco de Mendonça e Azevedo e Mello exposto no Senado da Câmara a importância do Real Aviso de 8 de corrente, no excesso dos preços dos Viveres de subsistência indispensável, que se vai experimentando progressivamente; e em consequência a monopolio, e occultação do genero, que entre os da primeira necessidade tem o primeiro lugar. Reduzendo o mesmo Procurador da Cidade a effectiva e prompta execução daquelle Ordem Regia, quanto aos primeiros; e a instauração das providencias dadas no Edital de 20 de Abril de 1801, quanto aos segundos: O Senado da Câmara commina aos transgressores do mencionado Regio Aviso a pena de serem prohibidos de vender, e de lhes fechar as lojas, encartegando aos Almoços das Execuções o exacto cumprimento desta Ordem. E quanto aqelles, que calculando a sua fortuna pela miseria publica, monopolizam e escondem o pão nos seus particulares cellarios, a fim de terem cada vez mais augmentado o seu preço muito acima daquelle, justa proporção, que se pôde ser equilibrada pela concurrencia no Terreiro Publico: Ordena o mesmo Senado, que toda a pessoa, que conservar particulares depositos de Trigo, ou de qualquer outro grão, de que se pôde fabricar pão, e do qual não tenha dado entrada no dito Terreiro Publico, como igualmente Barricas de Farinha, venha declarar neste Tribunal a existencia, especie, e quantidade de de que qualquer dos mesmos generos, no termo de tres dias depois da affixação deste Edital, sob pena de perdimento do genero occultado, tres partes a favor da Fazenda da Cidade, que serão conduzidas ao Terreiro publico, para nelle serem vendidas pelo menor preço que correr, em beneficio do Povo; e a quarta parte applicada ao Denunciante, que poderá dar a sua Denuncia em segredo. E para que se faça notorio a todos, se mandou affixar o presente. Lisboa 19 de Outubro de 1801.

Francisco de Mendonça Azevedo e Mello

Na Impressão Regia

E D I T A L.

E D I T A L.

O SENADO da Camara faz saber ao público, e particularmente aos refugiados nesta Capital, que o Conselheiro João Carlos Cardozo Verney, se acha authorizado para mandar cortar sem demora, em qualquer Açougue da Cidade, as rezes dos mesmos refugiados, e de tomar as denúncias até em segredo, contra qualquer dos Marchantes, que se atravessar na compra do mesmo gado, a quem por esse facto fica comminada a pena estabelecida contra os atravessadores deste genero, e de restituir o preço lesivo, por que o tiver comprado. Os Almotacés das Execuções empregarão na dita Ordem toda a diligencia, e todo o zelo e actividade, que se deve esperar do seu Officio nas circunstancias actuaes. E para que conste, se mandou affixar o presente. Lisboa 19 de Outubro de 1810.

Francisco de Mendonça Arraes Mello.

Na Impressão Regia. a 14 de Novembro de 1810.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.

EDITAL.

O SENADO da Camara faz saber ao publico, e particularmente aos refugiados nesta Capital, que o Conselheiro Joao Carlos Cardoso Venezy, se acha autorizado para mandar cortar sem demora, em qualquer Acongue da Cidade, as tezas dos mesmos refugiados, e de tomar as denuncias ate em segredo, contra qualquer dos Marchantes, que se atravessarem contra do mesmo gado, a quem por esse facto fica comminada a pena estabelecida contra os atravessadores deste genero, e de restituir o preço lesivo, por que o tiver comprado. Os Almotacés das Execucões empregados na dita Officia, e de toda a diligencia, e todo o zelo e actividade, que se deve esperar do seu Officio nas circumstancias actuaes. E para que conste, se mandou affixar o presente. Lisboa 19 de Outubro de 1810.

Francisco de Mendonça Arner Mello.

Na Impressão Regia.

E D I T A L.

O Senado da Camara, tendo vellado sobre todos os interesses públicos, que nas circumstancias actuaes podem alongar a realizaçãõ de futuros males; de que a Divina Misericordia tem mostrado querer salvar esta Cidade; não se esqueceo de praticar os maiores esforços, por actos, e por combinações, a fim de se não chegar a sentir a escacez do provimento de Carnes, nos trinta e quatro Talhos da Corte; e convindo em que se cortasse o tempo prescripto das Arrematações, reduzindo-as a trimestres, bimestres, mezes, e semanas; por ultimo veio a concluir, que os Marchantes se não ligavaõ á obrigaçãõ do dito provimento, por lhes faltarem todos os meios de fazerem as conduções de Gados, em quanto o inimigo common, e as referidas circumstancias não cessarem de ameaçar as Provincias invadidas: Foi entãõ, que tomando estes successos por objecto de huma Representaçãõ, a fez subir á Real Presença do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, em 12 do corrente, e em observancia da sua Real Resoluçãõ, tomada no mesmo dia; Ordena o Senado: Que a toda, e qualquer pessoa do Povo, desta Cidade, ou de fóra della, fique livre o poder mandar cortar Carne nesta Cidade; sendo as rezes mortas no Matadoiro do Campo de Santa Anna, e pagando os Reaes Direitos. Que para este effeito, precisãdo de Talhos, os requeiraõ ao Dezembargador Conselheiro Juiz do Pelouro das Carnes, que os distribuirá, segundo as possibilidades de cada hum, e o gastavel delles. Que os mesmos Privilegios, Guias, e Concessões, até aqui privativas aos Marchantes, ficarãõ pertencendo a todos, e quaesquer individuos, que deste modo proverem a Cidade de hum genero taõ necessario. Que para o futuro se haverá respeito ao bom serviço, que nisto se fizer; já com preferencia aos melhores Talhos, já do modo que parecer mais proprio. Que por este mesmo motivo ficará livre o darem-se as denúncias, em público, ou em segredo, de Gados, que estiverem comprados, e reservados para com a escacez do mantimento se effectuar o monopolio sobre o Povo desta Capital. E para que chegue á noticia de todos, e não alleguem ignorancia; antes cada qual se anticipe a fazer conhecer o seu zelo, pelo serviço da sua Pátria, se mandou affixar o presente em Lisboa a 14 de Novembro de 1810.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.

Toda a pessoa, que mandar cortar a dita Carne no Matadoiro referido dará alli o preço, porque naquella Semana a quer vender; bem entendido, que não excederá o de cento e vinte réis no arratel na Semana, que começa a 16 do corrente, ficando-lhe livre o vendella por menos, com preferencia a outro; sendo tudo regulado, e declarado perante o Juiz da Balança, que alli se deve achar, e que fará publicar os preços dados, e os Talhos a que os mesmos competem, de que dará logo parte no Senado: Determinando-se mais, que os preços estaraõ nos Talhos pregados á vista do Povo, como se faz na Estiva do Paõ. Lisboa 14 do dito mez e anno.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.

HAVENDO-SE ajustado, e concluido huma Convenção entre os dous Governos de Portugal, e Hespanha, pela qual se suspendem os Privilegios concedidos aos Subditos dos ditos Reinos, quanto ao Serviço Militar, durante a presente Guerra; e sendo de esperar que os Portuguezes, que se acharem em Hespanha preferirão antes o voltar para a sua Patria para se empregarem na defeza della, hum dos primeiros e mais sagrados deveres do Homem Social; podendo acontecer com tudo que alguns o receem fazer por se acharem incursos nas penas comminadas nos Paragrafos 12 e 14 do Alvará de 15 de Dezembro de 1809 contra aquelles, que sendo recrutados para o Serviço do Exercito, ou notificados para comparecerem perante as respectivas Autoridades, sahissesem para fóra do Reino com o fim de se subtrahirem ao Recrutamento: **O PRINCIPE REGENTE** Nosso Senhor, por effeitos da sua Real Piedade, ha por bem conceder, por esta vez sómente, hum Perdão Geral a todos aquelles, que pelo sobre-dito motivo se acharem incursos nas mencionadas penas, com tanto que se recolhão á sua Patria, e se apresentem dentro do prazo de hum mez, depois da publicação desta, a qualquer Autoridade Militar, ou Civil destes Reinos, ou ao Ministro de Sua Alteza Real em Cadix, ou aos Consules da sua Nação nas Provincias de Hespanha mais distantes; mas neste caso, para gozarem do mesmo Indulto, serão obrigados a apresentar-se nestes Reinos nos prazos que pelo mesmo Ministro, ou Consules lhes forem assignalados. Palacio do Governo em 20 de Dezembro de 1810.

Com as Rubricas dos Senhores Governadores do Reino de Portugal e dos Algarves.

Na Impressão Regia.

HAVENDO SE ajustado, e concludido huma Convenção entre os dous Governos de Portugal, e Hespanha, e pela qual se suspendem os Privilegios concedidos aos Subditos dos dous Reinos, durante a presente Guerra, e sendo de esperar que os Portuguezes, que se acham em Hespanha prestão antes de voltar para a sua Patria, se empregarem na defesa della, hum dos primeiros deveses do Honravel Sr. Ministro de Estado se acham incursos nas penas comminadas nos Paragaphos 1.º e 2.º do Alvará de 15 de Setembro de 1809 contra aquelles, que sendo recrutados para o serviço do Exercito, ou Armadas para comparecerem perante as respectivas Autoridades, sahisssem para fóra do Reino, sem o fim de se submittirem ao Recrutamento: O PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, por elleitos da sua Real Piedade, ha por bem conceder, por esta vez sómente, hum Pôrão Geral a todos aquelles, que pelo sobre dho motivo se acham incursos nas mencionadas penas, com tanto que se recolhão á sua Patria, e se apresentem dentro do prazo de hum mez, depois da publicação desta, a qualquer Autoridade Militar, ou Civil destes Reinos, ou ao Ministro de sua Magestade Real em Cadix, ou aos Consules da sua Magestade nas Provincias de Hespanha mais distantes; mas neste caso, para gozarem do mesmo Indulto, serão obrigados a apresentar-se nestes Reinos nos prazos que pelo mesmo Ministro, ou Consules lhes forem assignados. Palacio do Governo em 20 de Setembro de 1810.

Com as Rubricas dos Senhores Governadores do Reino de Portugal e das Algarves.

A Cordão os do Conselho, e Desembargo do PRINCIPE REGENTE NOSSO Senhor, &c. Vistos estes Autos, que na conformidade das Portarias a fol. 5 do appenso num. 1.º de 25 de Junho deste anno, e fol. 6 destes Autos de 14 de Setembro do mesmo anno, se tem processado, para nesta Junta breve, e summariamente pela verdade sabida ser sentenciado o Réo ausente Pedro de Almeida, que foi Marquez d'Alorna, citado por Editos de dois mezes, que se affixarão na forma da Ordenação do Reino Liv. V. fol. 126, depoimentos das Testemunhas, mais papéis juntos, e appensos, resposta, e allegação do Curador, que lhe foi nomeado para sua defeza.

Mostra-se, que, depois da feliz Restauração deste Reino ao suave e legitimo Governo do PRINCIPE REGENTE NOSSO Senhor, sendo da maior notoriedade, que o inimigo invasor, que o opprimia, o tinha evacuado no mez de Setembro de 1808, e que o PRINCIPE REGENTE NOSSO Senhor havia anteriormente com os mais justificados motivos declarado a Guerra ao Governo Francez, o Réo desprezando as obrigações de Vassallo, e de Portuguez, e até esquecendo-se das da qualidade, e condição, em que nasceo, se offerecêra ao mesmo Governo Francez no principio do anno de 1809, para s'approximar ás Fronteiras de Portugal, partindo para Hespanha, como se annuncia na interceptada Carta Original fol. 7 do appenso num. 1.º, escrita em París por hum Portuguez, o que se confirma pela cópia da Carta do mesmo Réo fol. 11 do mesmo appenso, datada em Valhadolide em 31 de Março de 1809, dirigida ao General Soult, que no seu original foi interceptada, na qual confessa, que, em virtude das Ordens do Imperador dos Francezes, tinha sahido de Grenoble, a 10 daquelle mez, e que devia dirigir-se a Lisboa, onde desejava, que elle Soult (que naquelle tempo estava invadindo as Provincias de Traz-os-Montes, e Minho) chegasse sem obstaculos, esperando elle Réo com impaciencia a possibilidade de poder reunir-se-lhe, e receber as suas Ordens, pois que acharia nelle Réo a mais sincera inclinação á maneira de pensar, que o dito General Soult devia estabelecer em Portugal.

Estes mesmos abominaveis sentimentos de Sequaz do inimigo para a invasão deste Reino, e perda da sua independência se manifestão pelas cópias das duas Cartas a fol. 13 vers. do appenso num. 1.º, que forão extrahidas das Originaes interceptadas, e conferidas com diversas assignaturas do mesmo Réo, achando-se as suas letras com muita semelhança ás ditas assignaturas, escritas em Hespanha, sendo a primeira datada a 5 de Julho de 1809, que acompanhava a segunda sem data para sua mulher, na qual se contém, além de outras, as seguintes notaveis, e traidoras expressões

215
= que deixasse caçar a foroa , e que dissesse ao M. que se não mettesse em danças , e que estivesse muito quieto em sua Casa = annunciando igualmente o Conde da Ega na sua Carta Original interceptada fol. 18 do mesmo appenso , datada em París a 16 de Dezembro de 1809 , que o Réo estava em Madrid , onde com effeito lhe fallou no fim de Abril , e principio de Maio deste anno a primeira testemunha do Summario do dito appenso num. 1.º , a quem o mesmo Réo expressou , que projectava entrar no mez de Setembro em Portugal com o Exercito do General Massena , segundo depôz a mesma testemunha em o dia 20 de Agosto deste anno.

Mostra-se mais pelas tres testemunhas contestes da Devaça da Inconfidencia no appenso num. 2.º , e pelas nove testemunhas do Summario do appenso num. 3.º que o mesmo Réo effectivamente se unira ao Exercito Francez inimigo , commandado pelo General Massena , no qual o virão todas as sobreditas testemunhas , depois da Capitulação da Praça d'Almeida , prestando serviços ao inimigo contra a nossa Patria , conservando ainda com o mais horroroso escandalo as insignias de General Portuguez , e convidando aos Prisioneiros , para que entrassem no serviço dos Francezes , incorporando-se no Exercito inimigo , como depõem nesta aggravante circumstancia , de facto proprio , as tres testemunhas do appenso num. 2.º.

Mostra-se , outro sim , pela insidiosa e infame Proclamação junta á Portaria fol. 7 destes Autos , por elle Réo assignada , e dois Bilhetes a ella juntos , tambem por elle assignados , que contém o seguinte = Milicias de Arganil = 2.ª Companhia, Soldado José Francisco , da Capitulação d'Almeida , obrigado a não servir, M. d'Alorna = Milicias d'Arganil = 4.ª Companhia, Sargento Manoel Dias , da Capitulação d'Almeida , obrigado a não servir, M. d'Alorna = verificando-se pelo exame fol. 3 destes Autos , que tanto a assignatura da dita Proclamação , como as dos ditos Bilhetes , e as palavras = obrigado a não servir = combinadas com os sinaes do mesmo Réo , que naquelle acto apresentarão os Tabelliães , que os tinham nos seus Cartorios , forão escritas pelo proprio punho do mesmo Réo , não só que elle Réo procurára com a mais detestavel seducção alienar os animos dos honrados , e fiéis Portuguezes da justa e necessaria defensa destes Reinos , e dos Sagrados Direitos do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor , e nosso Legitimo Soberano , para os precipitar no cruel jugo do inimigo , e tyranno usurpador de huma grande parte dos Estados da desolada Europa ; mas tambem a execranda baixeza , com que o mesmo Réo presta os seus detestaveis serviços contra a Patria no exercito inimigo , que tão barbaramente a tem devastado , o que tambem se confirma pelas seis Car-

tas do appenso num. 4.º, que se acháráo entre outros papeis em huma Carteira apprehendida em Coimbra, que tem por divisas as letras, e palavras = G. P. Chefe do Estado Maior General = dirigidas ao Réo sobre os objectos seguintes = Huma de Frission, Chefe do Estado Maior, escrita em Salamanca a 22 de Julho deste anno, pedindo-lhe huma Lista dos Officiaes Portuguezes empregados no Exercito de Massena, *datada no campo d'Almeida a 27*; outra de Massena, *datada no Campo d'Almeida a 27 de Agosto* deste anno, em que lhe diz, que póde prometter em seu nome aos Prizioneiros da Guarnição da Praça, que ficarião conservando toda a sua fórma, officialidade, e pagamento = Outra do dito Massena sobre o mesmo objecto, *datada no Forte da Conceição a 28 do dito mez* = Outra de Frission sobre ficarem seiscentos Milicianos, rearmar-se o Regimento num. 24, a Companhia de Cavalleria, e Artilheria da Praça, e sobre o modo de partir o resto dos Milicianos, *datada no Forte da Conceição a 29 do dito mez* = Outra do General Mermet, *datada em Val de la Mulla a 29 do dito mez*, participando-lhe que tem escolhido hum Engenheiro Portuguez para seu assistente, pedindo-lhe informações delle, e que o proponha para ser adiantado na sua Arma = Outra de Frission, remetendo-lhe nove Desertores dos Prizioneiros da Praça d'Almeida, *datada no Forte da Conceição a 30 do dito mez*. =

Pelo que fica exposto se prova com a maior evidencia, que o Réo nos repetidos e abominaveis serviços voluntariamente prestados ao inimigo do seu e nosso Legitimo Soberano o PRINCIPE REGENTE NOSSO Senhor, tem commettido o horrorosissimo Crime de Leza Magestade de Primeira Cabeça, e de Alta Traição na fórma da Ord. do Reino Liv. V. T. 6.º §. 3.º, e que está incurso nas penas, que lhe são impostas pela mesma Ordenação no §. 9.º. Por tanto, e mais dos Autos, condemnáo o dito Réo Pedro de Almeida, que pela Portaria fol. 7 já foi desauthorado, e privado de todos os Titules, Honras, e Dignidades, e até do Nome Illustre de Portuguez, a que com baraço, e pregão seja levado á Praça do Cáes de Belém, e que nella, em hum Cadafalso alto, lhe sejam cortadas as mãos em vida, e depois de separada a Cabeça, seja reduzido o mesmo Cadafalso com o seu Corpo pelo fogo a cinzas, que serão lançadas no mar; e, como se acha ausente, o pronunciação, e hão por banido, como já foi considerado na dita Portaria; e mandáo ás Justiças do PRINCIPE REGENTE NOSSO Senhor, que appellidem contra elle toda a Terra para ser prezo, ou para que todo e qualquer do Povo o possa matar sem pena, sabendo que he o proprio banido; e o condemnáo, outro sim, em confiscação, e perdimento de todos os seus Bens para o Fisco, e Camara Real, com

effectiva reversão, e incorporação na Coroa dos de Morgado, Feudo, ou Foro constituídos em bens, que sahisse da mesma Coroa, na fôrma da Ord. Liv. V. T. 6.º §. 16; e os de Morgado, constituídos em bens patrimoniaes, os haverá o Fisco, em quanto o mesmo Réo vivo for, na fôrma da mesma Ord. Liv. V. T. 6.º §. 15, e do Alvará de 17 de Janeiro de 1759. Lisboa no Palacio do Governo em Junta de 22 de Dezembro de 1810.

Com as Rubricas dos dois Secretarios do Governo, que presidirão.

Carvalho. Miranda. Gomes Ribeiro. Velasques. Pereira de Barros. Bandeira.

Fui presente.

Com a Rubrica do Procurador da Coroa.

E eu Luiz Gomes Leitão de Moira, Corregedor do Crime do Bairro da Rua Nova, e Escrivão do Juizo da Inconfidencia, nomeado por Sua Alteza Real, e dos Autos de que foi extrahida a Sentença acima, a trasladei fielmente, e aos mesmos me reporto; em fé do que assignei esta aos vinte e tres dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e dez, e segundo a Ordem vocal do Desembargador do Paço, Juiz da Inconfidencia, Antonio Gomes Ribeiro.

Luiz Gomes Leitão de Moira.

Na Impressão Regia.

EDITAL

LUCAS DE SEABRA DA SILVA,
do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, Chanceller da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, &c.

F AÇO saber, que em Portaria dos Excellentissimos Senhores Governadores do Reino, da data de tres do corrente, He o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor servido Determinar, que as providencias estabelecidas no Edital de oito de Outubro do anno proximo passado para accommodar os pobres refugiados, que foraõ obrigados a abandonar as suas terras, e bens, nas Casas desta Capital, que se acharem devolutas, continuem a cumprir-se, e observar-se exactamente até o fim de Junho do corrente anno, impondo-se effectivamente as penas aos transgressores.

E para que assim se cumpra, e observe, e se não possa allegar ignorancia, mandei affixar o presente em todos os Lugares públicos desta Capital. Lisboa quatro de Janeiro de mil oitocentos e onze.

Lucas de Seabra da Silva.

EDITAL

LUCAS DE SEABRA DA SILVA

do Conselho do Príncipe Regente, Mestre de Campo, Comendador da
Ordem de Christo, Desembargador do Paço, Chancelier
da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da Poli-
cia da Corte e Reino, &c.

FACO saber, que em Portaria dos Excellentissimos
Senhores Governadores do Reino, da data de tres
do corrente, He o PRINCIPLE REGENTE Nos-
so Senhor sevidio Determinar, que as providencias
estabelecidas no Edital de oito de Outubro do anno proximo
passado para accommodar os pobres refigiados, que foram
obrigados a abandonar as suas terras, e bens, mas Gans des-
ta Capital, que se acham em devotas, continuem a cum-
prir-se, e observar-se exactamente ate o fim do primeiro do
corrente anno, impondo-se effectivamente as penas dos trans-
gressores.
E para que assim se cumpra, e observe, e se nao pos-
sa allegar ignorancia, mando affixar o presente em todos os
lugares publicos desta Capital. E por quanto de Janeiro de
mil oitocentos e onze.

Lucas de Seabra da Silva

EDITAL.

O Senado da Camara attendendo a varias Representações de pouco tempo a esta parte , offerecidas pelos Pescadores , que fornecem esta Cidade do Peixe necessario ao seu consummo ; e regulando sobre aquelles requerimentos em parte bem fundados , segundo as Informações a que mandou proceder , as providencias , que sejaõ mais conformes ao espirito de favor , e protecção , que os Senhores Reis deste Reino , ao Principe Regente Nosso Senhor se tem dignado conceder a esta laboriosa , e utilissima classe de homens : Determina o seguinte. 1.º Que achando-se derogada quanto ao Peixe a Portaria de 27 de Fevereiro de 1698 , pelo Edital de 13 de Setembro de 1771 os ditos Pescadores nenhuma obrigação tem de darem entrada na Casa da Almotaceria , achando-se constituídas para a descarga , e venda de Peixe os tres sitios , de Belém , Ribeira Nova , e Sacavem , aonde estaõ as Casas , e assistem os Officiaes competente para o Exame das Guias , e arrecadação , dos Direitos : 2.º Que sómente devem ser julgados indirectamente , incursos em Travessia desta qualidade de comestivel aos Transgressores das Ordens , que indirectamente acautellaõ similhante trafico , prejudicial , assim como a fraudeção dos Direitos aquelles , ou aquellas que compraõ o Peixe , dentro das Embarcações , e os que o vendem , ou descarregaõ fóra dos Lugares para isso destinados ; e naõ aquelles que o vaõ comprar á Costa , Coimbra , e outros sitios , e Porto de Mar ainda dos que estaõ dentro das cinco Leguas da Corte , porque estes devem ser considerados na mesma razão de Regatões , e como taes incluídas na clara excepção da Ord. do L. 1. tt. 8. §. 1. ª. , E outro sim naõ haverá Lugar nos Pescados , com tanto porém , que a conducção aos indi-

cados sitios, e paguem os devidos Direitos. 3.º Que o exame sobre acommissão do Peixe conduzida pelos Pescadores, ou já exposto á venda, não fica dependendo de outra repartição alguma, que não seja a do Vereador, Provedor Mór da Saude; o qual he de esperar que estabeleça para essa averiguação, nos casos occurrentes, as providencias mais opportunas, e ao mesmo tempo as mais exemplar. 4.º Finalmente que na fórmula do Edital do 1.º de Julho de 1809 quanto á Praça da Ribeira Novo, o zello dos Meirinhos do Senado da Cidade, a dos seus Escrivães deve quartar-se nos meros limites das Denuncias, sobre os Transgressores do Real Decreto de 6 de Julho de 1775 além da execução das Sentenças da Repartição do Senado, e de quaesquer Ordens por escripto dos Procuradores da Cidade, ou dos Almotacés das Execuções, concernentes á Policia, e arranjo estabelecido na mesma Praça; abstendo-se de outros quaesquer procedimentos, principalmente de prizaões, e solturas, a seu arbitrio, debaixo da pena irremissivel de suspensão de seus Cargos, até a mercê de Sua Alteza Real. E para que assim fique constando, se publicará este, e se registará na Secretaria do Senado, e Casas da Almotaçeria. Lisboa 18 de Janeiro de 1811.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.

EDITAL.

HAvendo as Mulheres, que vendem Carne de Porco, nos Lugares da Ribeira-Velha, tido o arrojo de incommodar o Real Throno com huma pertençaõ tão estranha ás Leis, e Ordens da Mesma Suprema Authoridade, expressadas nas Reaes Resoluções de 6 de Outubro de 1800, 23 de Fevereiro de 1801, 10 de Janeiro de 1803, e outras antecedentes, e subsequentes; em que se tem declarado, e publicado não serem aquelles Lugares proprios para taes vendas, alheias dos fins porque lhes são arrendados; e que só poderiaõ cortar a carne das Marrás, que não excedessem a tres arrobos: Chegando ao excêso de pedirem, neste ultimo Requerimento, a permissaõ, não só de cortarem Pórcos de toda a arrobação, mas de poderem, por todo o anno vender os Toucinhos salgados, e Carnes ensacadas; procedendo deste malicioso intento a falta de observancia das saudaveis Ordens, que expressamente tem mandado, que o Público seja servido com a venda dos Toucinhos, que alli são permittidos cortar, pois que estes são separados da carne magra em mantas, para se venderem clandestina, e arbitrariamente. O Senado pôz na Real Presença do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor todo o referido, debaixo das mais sérias informações em Consulta, que proximamente baixou resolvida da maneira seguinte

RESOLUÇÃO.

Como parece, com declaraçaõ, que poderãõ vender as carnes das Marrás permittidas, que sobejarem até sessenta dias depois da Pascoa; e que a pena de cada huma das transgressões será, pela primeira vez o perdimento da Carne para os caldeirões dos Refugiados, e pela segunda vez, além desta, a expulsaõ dos seus

Lugares. As mesmas penas teraõ as Mulheres, que se-
pararem o Toucinho da carne das Marrãs *permittidas*,
e o naõ venderem nas Bancas. Palacio do Governo 19
de Janeiro de 1811. = Com as Rubricas dos Senhores
Governadores.

Pelo que fiquem advertidas as referidas Mulheres,
de que a primeira das partes do parecer com que SUA
ALTEZA REAL Foi servido conformar-se he, a de
se absterem de semelhantes recursos de que por huma
vez ficaõ inhibidas para tal objecto, e que sendo a
segunda parte a prohibiçaõ do corte, e venda das car-
nes que lhes naõ saõ permittidas, assim como a sepa-
raçaõ de Toucinhos com o fim de se naõ venderem ao
Povo: O Senado faz publico por este Edital, que sera
executado inviolavelmente pelas Almotacerias, e Officiaes
da sua Jurisdicçaõ, affixando-se todos os annos no mea-
do do mez de Novembro para se naõ poderem repetir
taõ reprehensiveis infracçoẽs das Régias Ordens, e Pos-
turas do Governo Economico da Cidade. Lisboa 23
de Janeiro de 1811.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.

R E S O L U Ç Ã O

Como parece, com declaraçaõ, que pedidaõ ven-
der as carnes das Marrãs permittidas, que sobejarem até
sessenta dias depois da Pascoa; e que a pena de cada
huma das transgressões sera, pela primeira vez o per-
dimento da Carne para os caldeiros dos Regimentos,
e pela segunda vez, além deste

Na Régia Typografia Silviana.

EDITAL.

O DOCTOR JOSE PEREIRA DA CRUZ,
Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, Professo na
Ordem de Christo, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, Medico da
Camera do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, e Juiz Com-
missario Delegado Geral do Juizo Privativo do Fysico Mór do Rei-
no, Estados, e Dominios Ultramarinos, nas tres Provincias do Sul
do Reino de Portugal, e do Algarve, com Alçada pelo dito Senhor,
que Deos guarde, &c.

FAço saber, que havendo o PRINCIPE REGENTE Nosso
Senhor com o seu paternal disvêlo pelo bem, e conservação de
seus fiéis Vassallos, renovado, pelo Alvará do Regimento deste
Juizo em data de vinte e dois de Janeiro de mil oitocentos e dez,
a prohibição do exercicio, e prática da competencia dos legitimos
Professores Medicos formados, e incorporados, a todas, e quaes-
quer pessoas, ainda Cirurgiões ou empregados em alguma das Ar-
tes relativas, e elementares da Medicina: tendo aggravado as pen-
nas, com que seus Augustos Predecessores haviaõ sancionado a
referida prohibição já desde o feliz Reinado do Senhor Rei D.
Manoel em o Regimento dado em mil quinhentos vinte e hum ao
Fysico Mór, reanimada depois na Ordenação do Livro primeiro,
titulo cincoenta e oito, paragrafo trinta e tres, outra e outras ve-
zes repetida, e confirmada no Regimento de mil setecentos qua-
renta e quatro, como tambem em muitas outras Ordens, e Leis
posteriores; intentada desde entãõ a observancia della pela deter-
minação, e uso das devassas geraes, e particulares contra os Trans-
gressores da dita prohibição, bem como são novamente recom-
mendadas, e ordenadas no sobredito Alvará de Regimento: Fora
o Mesmo Senhor por outra parte tambem servido, nelle confirmar
a excepção, que nos anteriores Regimentos permittira a dispensa
da prohibição aos Cirurgiões, e Curiosos de cura de algumas mo-
lestias nos casos, e Lugares em que não houvesse Medico, huma
vez que por meio de Exames obtivessem deste Juizo suas Licenças,
para que de todo não percessem á mingoa, e antes em alguma
guiza fossem os Enfermos soccorridos: fazendo-a agora estender
às grandes Villas, e Cidades populosas, cuja maior populaça pos-
to que frequentadas, e assistidas de Medicos, torna o número del-
les insufficiente, e nullo a respeito de muitos Enfermos. E para
ocorrer a esta falta Manda SUA ALTEZA REAL, que nestas
Villas, e Cidades assim populosas haja hum número certo de Ci-
rurgiões, que usem da Medicina, e a pratiquem tratando das mo-
lestias internas a que os Medicos por poucos não poderem assis-

tir; e que a esse fim se habilitem com os respectivos Exames, Licenças e Provimentos.

E em observancia destas Reaes Determinações hei por publicado o concurso de cincoenta lugares de Cirurgiões do número para os Exames de Opposição que haõ de principiar do primeiro do seguinte mez de Fevreiro, e que dentro d'elle devem concluir-se, e para se proverem nesta Cidade de Lisboa.

Seraõ em este concurso admittidos a Exame de Medicina prática os Cirurgiões mais bem acreditados, e que pertendaõ ser providos nos referidos lugares de Cirurgiões do número Privilegiados para supprimento de Medecina. Para se lhes designar o dia do Exame, devem apresentar seus Requerimentos até o ultimo deste mez de Janeiro na casa de minha residencia a S. Lazaro N.º 128, ou na respectiva Secretaria na travessa do Pombal N.º 83, munidos da Carta de Cirurgia, e dos mais documentos, que entenderem recommendar sua conducta, e aptidaõ. Nos Exames haverá cuidado de se naõ exigirem mais que os conhecimentos indispensaveis para aquelle fim, quanto seja de esperar de quem se examina em huma Profissãõ, de que a sua naõ constitue mais que huma parte, e em que os mesmos Professores encontraõ varédas mui ásperas. As approvações seraõ graduaes, e o maior grão dará a preferencia para os Provimentos.

Terminados os Exames se abrirá a devassa geral contra os Cirurgiões, e mais Pessoas que abusando da sobredita prohibiçaõ usurpaõ ou praticaõ sem titulos legitimos o exercicio Medico; inquirindo-se tambem contra os Transgressores dos mais artigos prescriptos no referido Alvará. E porque na mesma devassa deveraõ ficar principalmente comprehendidos aquelles, que sujeitos por profissãõ á Authoridade deste Juizo, se tem subtrahido á Ordem, que pelo Edital de 20 de Março de 1810, lhes mandou apresentar as Cartas e titulos porque curaõ, ou vendem Medicamentos. Pelo presente saõ novamente advertidos para que (naõ o tendo feito) venhaõ no termo de oito dias depois da publicação deste Edital registrar nesta Delegaçãõ, e na respectiva Secretaria as referidas Cartas, Licenças, ou outro qualquer titulo, sobpena de incorrerem nas que commina o referido Regimento, e Edital. E este se affixará nos Lugares públicos para que conste a quem interesse. Dado em Lisboa aos 26 de Janeiro de 1811.

José Pereira da Cruz.

Na Régia Typografia Silviana.



LU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará virem : Que sendo-Me presente em Consulta da Meza do Desembargo do Paço o Requerimento dos Boticarios, e Droguistas da Cidade de Lisboa, em que Me pedião, que os Sallarios das Visitas das Boticas, e Lojas de Drogas estabelecidos no Paragrafo decimo do Alvará de Regimento de vinte e dous de Janeiro do anno passado se reduzissem á quantia de seis mil e quatrocentos reis regulada ultimamente no Plano Provisional da extincta Junta do Proto Medicato, mandado executar por Aviso de vinte e oito de Março de mil oitocentos ; e parecendo ao referido Tribunal attendiveis os fundamentos, e motivos deste Requerimento, por serem as actuaes circumstancias pouco favoraveis ao commercio, e acharem-se gravados com muitos encargos, e contribuições os que se empregão neste genero de trafico, e negocio, pelas notorias e urgentes necessidades do Estado : Tomando em consideração estes, e outros motivos mui dignos da Minha Real Attenção : Hei por bem, Conformando-Me com o Parecer da Meza, Declarar o sobredito Paragrafo decimo do Alvará de vinte e dous de Janeiro do anno passado, e Ordenar, que o Sallario das Visitas das Boticas, e Lojas de Drogas determinado no mesmo Paragrafo seja a quantia de seis mil e quatrocentos reis, como dantes se achava estabelecido pelo Plano Provisional da extincta Junta do Proto Medicato, que nesta parte se observará tambem quanto á repartição dos emolumentos, pertencendo ao Físico Mór a parte destinada para o cofre, e devendo pagar o dobro desta quantia os Boticarios, quando forem Droguistas ao mesmo tempo, como estava determinado no Paragrafo doze do citado Regimento.

Pelo que ; Mando a todos os Tribunaes do Reino, e deste Estado do Brazil, e a todas as mais Pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem como nelle se contém, não obstante quaesquer Decisões em contrario: E valerá como Carta passada na Chancellaria, posto

que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Janeiro de mil oitocentos e onze.

PRINCIPE . . .

Conde de Aguiar.

Alvará, pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem, Declarando o Paragrafo decimo do Alvará de Regimento de vinte e dous de Janeiro do anno passado, Ordenar que o Sallario nelle estabelecido para as Visitas das Boticas, e Lojas de Drogas seja a quantia de seis mil e quatrocentos reis, em conformidade do Plano Provisional da extincta Junta do Proto Medicato, e o dobro quando os Boticarios forem tambem Droguistas, segundo o que se acha disposto no Paragrafo doze do citado Alvará na forma acima exposta.

Para Vossa Alteza Real vêr.

Joaquim Antonio Lopes da Costa o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro I. de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fl. 185 vers. Rio de Janeiro 5 de Fevereiro de 1811.

José Manoel de Azevedo.

Na Impressão Regia.

EDITAL.

O Senado da Camara desta Cidade, tendo já insinuado no Edital de 11 de Outubro do anno proximo passado, que o alimento ministrado por Ordem Régia aos Pobres refugiados a esta Capital da invasão Franceza, não podia ter por Objecto favor algum ou tolerancia da occiosidade, nem da mendicidade voluntaria; e facilitado pelo outro Edital de 18 do mesmo mez todos os possiveis meios de acharem em que podessem ganhar o seu sustento aquelles dos mesmos desgraçados individuos que fossem de condição, e tivessem idade, saude e forças para trabalharem por jornal, ou soldada: Propõe agora, e annuncia aos ditos Refugiados, com preferencia de trabalho nas presentes circumstancias, o das Fortificações de Almada; ao qual podem ir offerecer-se livremente, e aonde serão admittidos por huma congruente retribuição diaria, em dinheiro e pão, todos aquelles que tiverem os indicados requisitos. E lhes lembra ao mesmo tempo, que, além da consideração da propria subsistencia, elles devem este serviço defensivo ao nosso Augustissimo PRINCIPE, á Pátria invadida, e á Cidade principalmente ameaçada, que os tem soccorrido: e que se os nobres motivos de lealdade, patriotismo, e gratidão não tiverem toda a força para lhes incitar os animos, o que porém não he de crer, estimule-os ao menos a viva recordação dos males experimentados; e que senão fossem as incursões barbaras desses Salteadores, sôfregos de ouro e de sangue; desses agentes armados do mais ímpio dos Tyrannos, em cuja comparação os Tigres são piedosos, elles com mui differente satisfação, e fortuna estariam pacificamente cuidando da cultura das terras agora lastimosamente abandonadas. Para noticia pois, e exhortação aos mesmos infelices Transmigrados; e a todas aquellas pessoas, que para com os mesmos podem usar de alguma authoridade, ou persuasão, se mandou affixar o presente. Lisboa 30 de Janeiro de 1811.

Francisco de Mendonça Arraes e Mello.